



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

ARIANNE PIRES DE FARIA BARROS CAMPOS

**Curadoria compartilhada dos cachimbos arqueológicos de Ouro Preto por
um olhar decolonial: construindo caminhos para um debate futuro.**

OURO PRETO
2023

Ariane Pires de Faria Barros Campos

Curadoria compartilhada dos cachimbos arqueológicos de Ouro Preto por um olhar decolonial: construindo caminhos para um debate futuro.

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcia M. Arcuri Suñer

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Antropologia



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ariane Barros Pires de Faria Campos

Curadoria compartilhada dos cachimbos arqueológicos de Ouro Preto por um olhar decolonial: construindo caminhos para um debate futuro

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 31 de março de 2023

Membros da banca

Profa. Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Marcelo Fagundes (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)
Profa. Dra. Gabriela de Lima Gomes (Universidade Federal de Ouro Preto)

Marcia Maria Arcuri Suñer, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18 de maio de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Arcuri Suner, DIRETOR(A) DA ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA**, em 05/08/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0568592** e o código CRC **250A9A0E**.

Ao meu filho Joaquim

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que foi minha rede de apoio na criação de meu filho, sem a qual a conclusão deste curso não teria sido possível. À minha mãe, Norma, por desde a minha infância investir no meu capital cultural e ser exemplo de que o estudo é o caminho para a libertação. Ao meu pai, Newton, que com suas inúmeras transferências de cidade me proporcionou as ferramentas para desenvolver um olhar sensível às alteridades, sendo também meu porto seguro. À minha irmã, Rebecca, que mesmo mais jovem sempre foi exemplo de foco e ética. Ao meu filho, Joaquim, que há quinze anos entrou em minha vida e me motivou a ser uma pessoa melhor, acreditando que, mesmo em pequenos passos, é possível caminhar rumo a uma sociedade mais justa para as próximas gerações. À minha afilhada, Ana Maria, que, mesmo ainda no ventre de sua mãe, renova minhas motivações. Agradeço às minhas primas Luiza, Luana e Olga, por me incentivarem a perseguir meus sonhos.

Agradeço imensamente a todas as pessoas de Ouro Preto que me acolheram e contribuíram na construção desta monografia.

À minha orientadora, Marcia Arcuri, por generosamente compartilhar seus conhecimentos e abrir múltiplos caminhos, permitindo-me protagonizar minhas escolhas ao longo dessa jornada. Sou grata por ter impulsionado minhas potencialidades.

Agradeço também à professora Gabriela Gomes e ao professor Marcelo Fagundes por aceitarem meu convite para compor esta banca.

Agradeço ao LAPACOM por proporcionar a vivência prática dos ensinamentos acadêmicos. Agradeço a todas as pessoas que integram o laboratório pelas trocas enriquecedoras.

Aos colegas da turma 18.2, por compartilharmos nossos aprendizados, especialmente Maria Ana e Pedro, por revezarem-se entre dia e noite para me motivar nos momentos de maior dificuldade, tornando-se minha família em Ouro Preto.

Agradeço a todas, todos e todes que integram o Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto por me proporcionar a oportunidade de cursar Museologia.

RESUMO

A cidade de Ouro Preto, famosa por seu papel histórico durante o ciclo do ouro, apresenta um potencial arqueológico significativo devido à sua intensa ocupação e ao crescimento resultante desse período. Este trabalho tem como foco a investigação dos cachimbos arqueológicos, encontrados de forma fortuita em posse da população local, e propõe um estudo detalhado sobre esses artefatos. Esses cachimbos, relictos da vida cotidiana, são vestígios materiais que remetem às práticas sociais, culturais e econômicas da antiga Vila Rica, especialmente no que tange ao uso do tabaco entre as populações escravizadas e livres durante o período colonial. A pesquisa se propõe a analisar esses objetos não apenas como elementos arqueológicos, mas também como significantes culturais que integram memórias coletivas. Através de um estudo de caso, são mapeados os locais onde os cachimbos foram encontrados e analisadas as condições de sua descoberta e conservação, estabelecendo uma conexão entre os moradores atuais e os objetos do passado. Os dados obtidos indicam que muitos desses artefatos foram preservados informalmente pela população local, refletindo a relação próxima e cotidiana entre os habitantes de Ouro Preto e seu patrimônio material. Além de identificar e catalogar os cachimbos, o trabalho propõe uma via de institucionalização desses bens por meio de práticas de arqueologia comunitária, que incluem a participação ativa da população local nos processos de conservação e curadoria. A pesquisa destaca a importância de envolver os moradores de Ouro Preto na gestão do patrimônio arqueológico, promovendo uma abordagem colaborativa e descentralizada na preservação de bens culturais. Esse modelo propõe uma curadoria compartilhada, onde as comunidades participam diretamente das decisões sobre como esses objetos devem ser interpretados e exibidos em instituições museológicas. O trabalho também adota uma perspectiva decolonial, questionando as formas tradicionais e eurocêntricas de preservação do patrimônio. Nesse contexto, sugere-se a valorização do saber local e das experiências históricas vividas pelas populações de Ouro Preto, muitas vezes marginalizadas nos discursos patrimoniais hegemônicos. Ao propor um modelo mais inclusivo de gestão patrimonial, a pesquisa aponta para a necessidade de reavaliar as políticas públicas de preservação, incentivando práticas museológicas que envolvam a comunidade e respeitem as particularidades culturais e históricas dos bens arqueológicos. Os dados apresentados ao longo do trabalho reforçam a relevância dos cachimbos como objetos simbólicos, que carregam consigo narrativas de resistência, identidade e memória. Ao analisar as condições em que esses objetos são encontrados e as histórias associadas a eles, a pesquisa demonstra o valor de uma abordagem que integra o conhecimento acadêmico com o saber popular, criando um diálogo entre a arqueologia e a comunidade local. A proposta de curadoria compartilhada sugere um caminho promissor para a preservação dos cachimbos arqueológicos de Ouro Preto, destacando a importância de práticas colaborativas que integrem a população no processo de salvaguarda e valorização de seu próprio patrimônio. Dessa forma, o trabalho não apenas contribui para o debate sobre a preservação do patrimônio arqueológico, mas também incentiva uma reflexão crítica sobre a forma como o patrimônio cultural deve ser gerido no Brasil, buscando promover uma maior participação e representatividade das comunidades locais nas decisões sobre seus bens culturais.

Palavras-chave: Curadoria Compartilhada; Arqueologia Comunitária; Cachimbos Arqueológicos; Decolonialidade.

ABSTRACT

The city of Ouro Preto, renowned for its historical significance during the gold cycle, presents considerable archaeological potential due to its intense occupation and subsequent growth during that period. This study focuses on the investigation of archaeological pipes, fortuitously found in the possession of the local population, and proposes an in-depth analysis of these artifacts. These pipes, relics of daily life, are material remnants that reflect social, cultural, and economic practices in the old Vila Rica, particularly regarding the use of tobacco among enslaved and free populations during the colonial era. The research aims to analyze these objects not only as archaeological elements but also as cultural signifiers that embody collective memories. Through a case study, the locations where the pipes were discovered are mapped, and the conditions of their discovery and conservation are analyzed, establishing a connection between current residents and these historical objects. The data suggest that many of these artifacts were informally preserved by the local population, reflecting the close, everyday relationship between the people of Ouro Preto and their material heritage. In addition to identifying and cataloging the pipes, this study proposes a path for institutionalizing these assets through community archaeology practices that actively involve local residents in the conservation and curatorial processes. The research highlights the importance of engaging Ouro Preto's inhabitants in managing archaeological heritage, promoting a collaborative and decentralized approach to preserving cultural assets. This model advocates for shared curation, where communities are directly involved in decisions about how these objects should be interpreted and displayed in museums. The study also adopts a decolonial perspective, challenging traditional and Eurocentric methods of heritage preservation. In this context, it suggests the valorization of local knowledge and historical experiences lived by the people of Ouro Preto, often marginalized in dominant heritage discourses. By proposing a more inclusive model of heritage management, the research highlights the need to reassess public policies on preservation, encouraging museological practices that involve the community and respect the cultural and historical particularities of archaeological assets. The data presented throughout the study reinforce the significance of the pipes as symbolic objects that carry narratives of resistance, identity, and memory. By analyzing the conditions in which these objects are found and the stories associated with them, the research demonstrates the value of an approach that integrates academic knowledge with popular understanding, creating a dialogue between archaeology and the local community. The proposed shared curatorial model suggests a promising path for the preservation of Ouro Preto's archaeological pipes, emphasizing the importance of collaborative practices that integrate the population into the process of safeguarding and valuing their own heritage. In this way, the study not only contributes to the debate on archaeological heritage preservation but also encourages critical reflection on how cultural heritage should be managed in Brazil, seeking to foster greater participation and representation of local communities in decisions about their cultural assets.

Key words: Shared Curation; Community Archaeology; Archaeological Pipes; Decoloniality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – “Mapa de Vila Rica”	13
FIGURA 2 – Cachimbos	14
FIGURA 3 – Paisagem antiga de Vila Rica.....	15
FIGURA 4 – Rua na parte baixa de Ouro Preto.....	17
FIGURA 5 – Ouro Preto vista do Morro São Sebastião.....	19
FIGURA 6 – Vista da Cidade de Ouro Preto nas Primeiras décadas do século XX	23
FIGURA 7 - Poligonal dos cachimbos coletados	26
FIGURA 8 - Sítio 1	27
FIGURA 9 – Sítio 2	29
FIGURA 10 - Sítio 3	30
FIGURA 11 - Sítio 4	32
FIGURA 12 - Sítio 5	33
FIGURA 13 - Sítio 6	35
FIGURA 14 - Cachimbos de São Bartolomeu	36
FIGURA 15 - Sítio 7	37
FIGURA 16 - Sítio 8	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.CAPÍTULO 1 – OS FUMANTES DE VILA RICA.....	13
2.CAPÍTULO 2 – SEGUINDO SINAIS DE FUMAÇA	24
3.CAPÍTULO 3 – OS CACHIMBOS VIAJANDO PELA OURO PRETO CONTEMPORÂNEA	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

As políticas de proteção do patrimônio cultural material são ferramentas essenciais para a salvaguarda dos bens arqueológicos de uma população. Contudo, esses mecanismos, em determinadas situações, acabam distanciando essa cultura material das identidades e territórios aos quais estão vinculadas.

Este trabalho monográfico realiza um estudo de caso interdisciplinar, em diálogo com o programa de extensão coordenado pelo Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM), vinculado ao Departamento de Museologia (DEMUL) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marcia M. Arcuri Suñer. A pesquisa aborda o processo de institucionalização de bens arqueológicos, tomando como exemplo cachimbos encontrados e em posse da população ouropretana. O estudo seguiu as etapas de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, conservação, interpretação, promoção e difusão desses artefatos, com o objetivo de garantir a participação das comunidades no fortalecimento dos mecanismos de preservação do seu próprio patrimônio.

Partindo da premissa de que objetos arqueológicos não se referem apenas ao passado, mas também ao tempo presente (HARRISON, 2011; ARCURI; COSTA, 2020), é fundamental considerar as diferentes temporalidades que perpassam essa cultura material, especialmente os artefatos que emergem dos quintais das casas de Ouro Preto. Diante disso, surge a seguinte questão: como os habitantes contemporâneos de Ouro Preto se relacionam com o patrimônio arqueológico encontrado em seu território? Para responder a essa questão, torna-se crucial conhecer essas pessoas, por meio de um processo de escuta e construção conjunta de uma curadoria decolonial desse acervo.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é realizar o mapeamento dos cachimbos arqueológicos em posse da população de Ouro Preto e propor um modelo de curadoria compartilhada que inclua a participação ativa das comunidades locais no processo de salvaguarda desse patrimônio. O estudo propõe promover uma reflexão crítica sobre os mecanismos tradicionais de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil, questionando se é possível construir processos mais inclusivos e participativos. Para tanto, será explorado o

diálogo entre as comunidades, as instituições de preservação e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), buscando caminhos de cotutela que valorizem as perspectivas locais e ofereçam alternativas ao distanciamento entre o patrimônio cultural e as comunidades guardiãs.

A estrutura deste trabalho é organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado **“Os Fumantes de Vila Rica”**, será apresentada uma breve contextualização histórica do território de Ouro Preto, bem como a introdução dos cachimbos como hábito cotidiano da população desde o período colonial. A partir da pesquisa bibliográfica, busca-se compreender as relações entre os moradores da cidade colonial e o fumo, e quais culturas estavam relacionadas ao hábito de fumar.

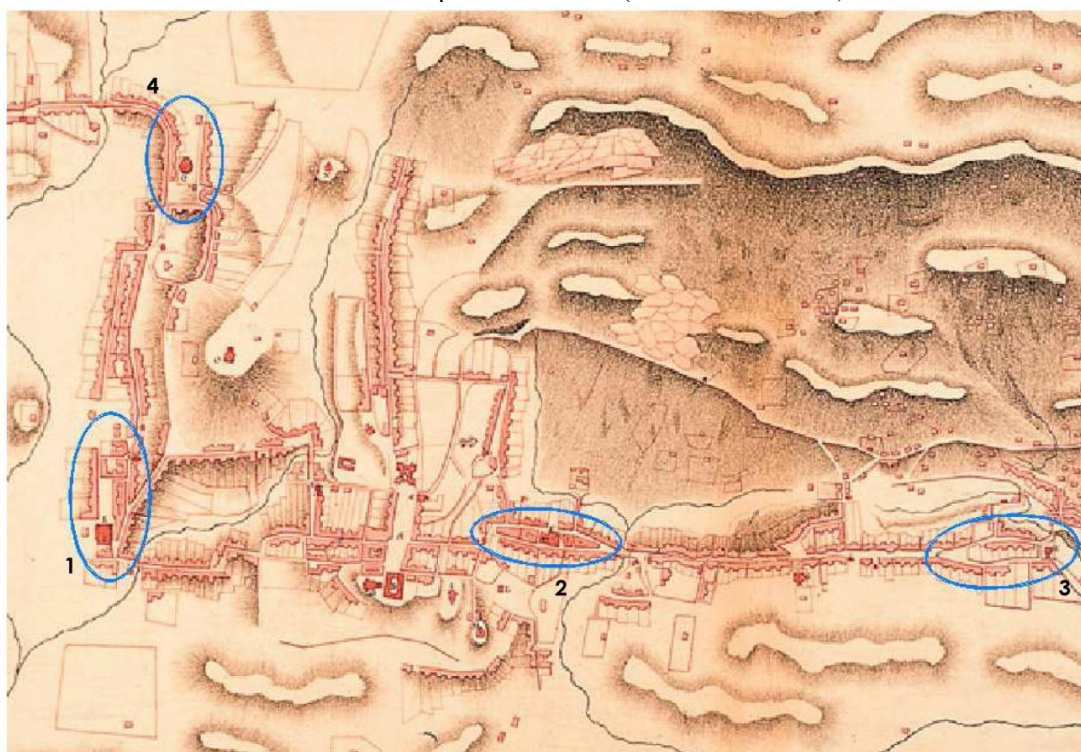
No segundo capítulo, **“Seguindo Sinais de Fumaça”**, será abordado o mapeamento dos cachimbos arqueológicos que se encontram atualmente em posse dos habitantes de Ouro Preto. Os dados e informações levantados serão discutidos com base no referencial teórico da curadoria compartilhada, considerando as possibilidades e limitações impostas pelo marco legal de proteção do patrimônio arqueológico. É importante ressaltar que qualquer bem arqueológico está sujeito às diretrizes de acautelamento controladas pelo Iphan.

Por fim, no terceiro capítulo, **“Os Cachimbos Viajando pelos Caminhos da Ouro Preto Contemporânea”**, serão discutidos os possíveis caminhos legais e alternativas de cotutela para os bens arqueológicos. O capítulo analisará a viabilidade da construção de um modelo de curadoria compartilhada dos cachimbos de Ouro Preto que envolva os espaços e atores comunitários (centros culturais, associações de moradores, espaços comunitários) no processo de salvaguarda. A partir disso, será projetado um possível projeto piloto intitulado **“Maletas em Trânsito: os Cachimbos Itinerantes de Ouro Preto”**, propondo uma futura exposição de curadoria compartilhada, construída com base no diálogo entre as comunidades guardiãs desses artefatos, o Iphan e a instituição de guarda oficialmente responsável pelo acervo arqueológico.

1. CAPÍTULO 1 – OS FUMANTES DE VILA RICA

O território onde fica localizada a cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, é repleto de sítios arqueológicos, assim como a maioria das cidades. Para além de seu perímetro urbano tombado – Cidade Monumento - é comum que habitantes atuais encontrem em seus quintais, roças ou na atividade de garimpo artesanal vestígios de cultura material de ocupações do mesmo território em temporalidades diferentes. Por ter vivenciado uma grande ocupação no Período Colonial, devido à corrida pelo ouro descoberto na região, a cidade testemunhou um povoamento rápido e desordenado contendo uma grande diversidade de costumes e de múltiplas culturas que ali chegaram e protagonizaram o fenômeno da urbanização no novo mundo.

FIGURA 1: “Mapa de Vila Rica” (carta de 1786-1787)



Fonte: GUIMARÃES, Manoel Ribeiro de apud MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 61.

Legenda: 1. Arraial de Ouro Preto, 2 Arraial de Antônio Dias, 3. Arraial do Padre Faria, 4. Arraial do Caquende.

Nesse primeiro capítulo apresento de forma breve quem eram as pessoas que vieram habitar o território de grande interesse aurífero e possíveis pessoas fumantes da época, relacionando com moradores atuais da antiga Vila Rica, os quais convivem com os vestígios de antigas ocupações, voltando nossas atenções a um objeto específico que corriqueiramente brota

da terra ouropretana, sendo encontrados na maioria das vezes pelos cidadãos em seu cotidiano: os cachimbos arqueológicos.

Em sítios arqueológicos do Brasil, podem-se encontrar cachimbos brancos, de argilas caulínicas, referidos em periódicos oitocentistas como “de louça” ou “de barro branco”, e também os referidos nos mesmos periódicos simplesmente como “de barro”. Esses últimos são peças de argilas queimadas a baixas temperaturas, geralmente em tons terrosos, vermelhos e pretos, porosas, e que por vezes apresentam núcleo reduzido, do qual se infere o uso de argilas com algum teor de elemento corante como o ferro. São produzidos por modelagem ou moldagem, e a forma mais recorrente é angular curto, para inserção de piteira vegetal, mas também aparecem na forma de angular longo com haste e boquilha integradas. Esses apetrechos remetem a dois extremos, o da produção em massa, inseridos numa economia de escala mundial, e o da produção artesanal, de consumo local (HISSA, 2019, p. 24).

FIGURA 2: Cachimbos



Fonte: Autora

Legenda: 1 - cachimbo coletado no sítio 5, 2 - cachimbo coletado no sítio 8, 3 - cachimbo de procedência desconhecida salvaguardado em mina, 4 - cachimbo coletado no sítio 7, 5 - cachimbo coletado no sítio 4, 6 - cachimbo coletado no sítio 2, 7 - cachimbo coletado no sítio 1 e 8 - cachimbo coletado no sítio 6.

A descoberta da existência de ouro na região montanhosa de geografia acidentada, através dos caminhos do Rio das Velhas percorridos pelos bandeirantes paulistas, gerou grande interesse e migração para a hoje conhecida serra de Ouro Preto. Antes dessa descoberta, a ocupação do Brasil se limitava, principalmente, às regiões litorâneas. Inicialmente considerada “terra sem lei e rei”, a região floresceu, ainda em fins do século XVII, com o assentamento de pequenos arraiais mineradores. No ano de 1711, devido à convergência daquelas propriedades, a região passa se chamar Vila Rica. Existem várias narrativas de como se deu a origem da cidade de Ouro Preto:

O primeiro passo na transição para uma nova categoria foi determinado pela oficialização de achamentos de depósitos auríferos, a partir da década de 1690. A difusão da notícia desencadeou uma corrida ao ouro que atraiu grandes levas populacionais provenientes de outras partes do Brasil e mesmo do Império e impulsionou atividades quer minerárias, quer, como veremos, agrícolas, pecuárias e comerciais. O povoamento – por forasteiros, o qual, importa especificar, foi acompanhado pela aniquilação dos habitantes originais, os índios Cataguases – e a exploração econômica da região, com o posterior estabelecimento de uma estrutura político-administrativa por parte do poder português, transformariam o chamado “sertão dos Cataguases” na Capitania de Minas Gerais. (COSTA, 2017, p. 21).

No entanto, não iremos nos aprofundar na origem, pois nesse trabalho monográfico o foco são as pessoas que ocuparam e ainda ocupam esse território impulsionadas pelo desejo de explorar não só o ouro, mas toda a riqueza mineral existente em seu subsolo. Bandeirantes paulistas, emboabas¹ e povos escravizados detentores das tecnologias mineradoras, em sua maioria do gênero masculino foram os primeiros a se estabelecer na região afim da prática de exploração aurífera. Não podemos deixar de mencionar também a presença da igreja católica, desde os primeiros povoamentos a qual realizava seus ritos em pequenas capelas.

FIGURA 3: Paisagem da Antiga Vila Rica, Com O Pico Do Itacolomi Ao Fundo



Fonte: Silva, Rúbia & Paula, Suzana & Fonseca, Ricardo. (2021). Atrativos geoturísticos em duas unidades de conservação em Minas Gerais: potencialidades do Pico do Itacolomi e da Gruta Nossa Senhora da Lapa. 2.11-28. Rugendas (1824)

¹ Alcinha pejorativa dada pelos descendentes dos bandeirantes paulistas, no tempo do Brasil colonial, aos brasileiros de outras origens, aos portugueses ou outros estrangeiros que eram atraídos pelo ouro e pelas pedras preciosas do país. Dicionário Michaelis.

Para entender melhor essa configuração, é importante falarmos que a vila setecentista passou por um declínio na produção aurífera, o qual resultou em uma redução demográfica e, conseqüentemente, ocorreu uma evolução agropecuária. Foi então que a partir da metade do século XVIII houve o aumento populacional, onde se destacou nos recenseamentos a presença do gênero feminino, pardos, mulatos e a diminuição de pessoas escravizadas para a condição de forros. Passando a constar oficialmente nos recenseamentos da época, essas pessoas se ocupavam economicamente das funções de artesãos, faiscadores, alfaiateis, costureiras, fundidores, ferreiros, sapateiros enfermeiras, padeiras, quitandeiras e negociantes de seco e molhado.

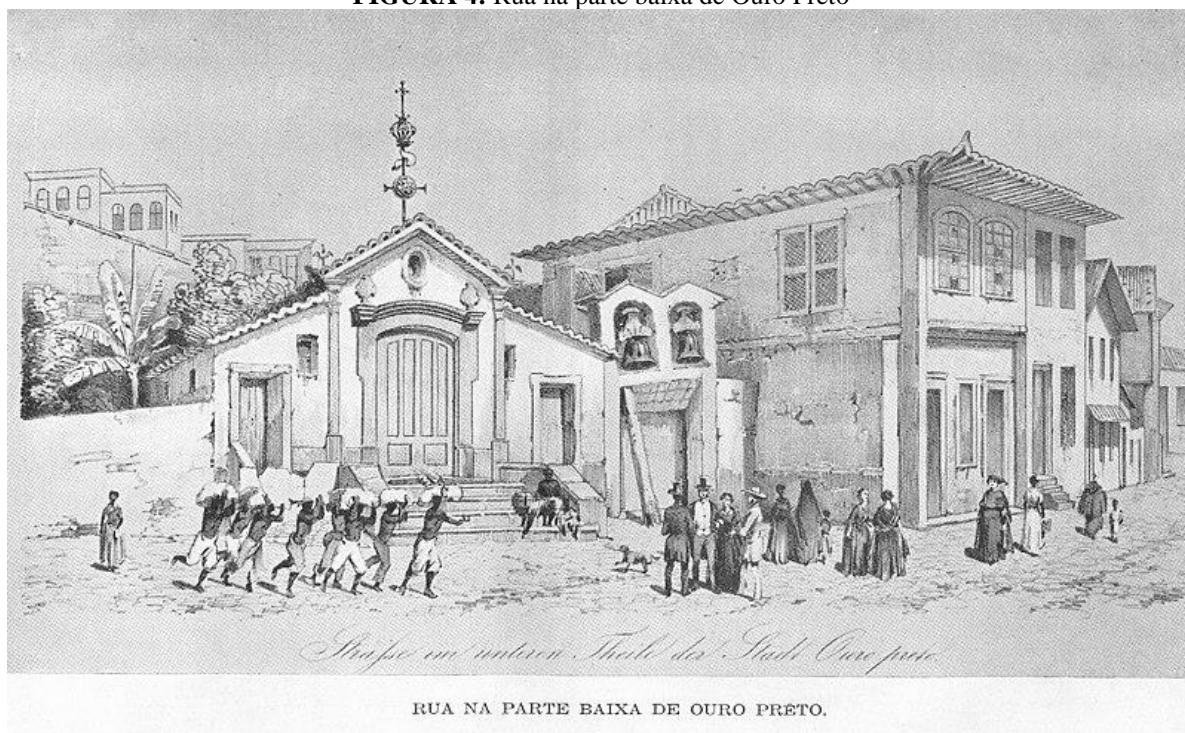
Nos anos 1800, com raras exceções, viajantes descreveram Ouro Preto como uma cidade feia, decadente, de clima chuvoso, composta por uma população de hábitos e costumes condenáveis. Os estragos causados pela mineração intensiva eram frequentes nas narrativas dos que descreviam sua paisagem (...). Em relação à população da cidade, o comerciante John Luccock nos oferece a seguinte descrição, elaborada por ocasião de sua viagem realizada em 1818: A maior parte da população era de negros e mulatos, raça de gente que demonstra possuir uma mistura de sangue de várias origens e eu me sinto propenso a crer que toda e qualquer mistura resulta num aviltamento do espírito humano (AGUIAR, 2013 pp. 177-179).

Nesse momento, a igreja católica requisitava da coroa a elevação de suas funções eclesiásticas, o que a auxiliou a estabelecer uma política-administrativa em Minas. Assim, no século XVIII já é percebido um crescimento populacional e surgimento de atividades comerciais e outros serviços para além das atividades auríferas. Destaca-se, por exemplo, presença dos tropeiros² responsáveis pelo abastecimento da recém instaurada capital mineira, que transitavam pelos caminhos da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo:

O principal mercado externo era representado pelo Rio de Janeiro, sobretudo após 1808. Como observa Almeida, mesmo que o Rio de Janeiro já fosse um mercado significativo para as produções mineiras antes de 1808, não resta dúvida que a transferência da corte portuguesa [...] foi o principal detonador do desenvolvimento mercantil dessa produção. Os gêneros agropecuários, simples – sobretudo tabaco e algodão e bovinos, equinos e suínos – ou transformados – sobretudo tecidos e couro e queijo e toucinho – predominavam na pauta das exportações, embora também os produtos minerais – ouro, diamantes, pedras preciosas e salitre – conservassem certa relevância (COSTA, 2017, p. 93).

² Aquele que conduz bestas de carga ou manadas de gado grosso, como cavalos e bois. Dicionário Michaelis.

FIGURA 4: Rua na parte baixa de Ouro Preto



Fonte: Livro Viagem ao Brasil Através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Dr. Hermann Burmeister (1853).

Entre todas essas atividades comerciais vigentes na capital oitocentista, podemos identificar na citação de Costa; a presença do tabaco³. Ainda século XVI e início XVII, junto a outros itens da colônia, o tabaco já era usado como moeda de troca no escambo de povos escravizados nas regiões de Costa da Mina e Benin, os quais vieram, não à toa, por se tratar de uma região Africana de mineração, sendo explorados seus conhecimentos e técnicas na produção aurífera na Serra Ouropretana. Esse fato nos leva a refletir que o tabaco já estava difundido no continente além-mar. Os ingleses, por exemplo, se utilizavam dos cachimbos europeus como moeda de troca em transações escravocratas na África (HISSA, 2020).

Podemos perceber que o tabaco e os cachimbos de barro, por diversas motivações, perpassam de várias formas a vida dos antigos habitantes do território aqui estudado. As referências historiográficas suscitam a reflexão de quais indivíduos citados nos parágrafos acima possuam o hábito de fumar em cachimbos de barro.

³ Arriscando esboçar uma longa duração de alguns usos e concepções indígenas sobre o tabaco, entremeiam-se relatos de viajantes europeus e construções da antropologia contemporânea da América do Sul. Apesar de esboçadas de forma bastante inespecífica, algumas dessas concepções sobre essa planta americana. HISSA, 2020, pg. 24.

Para responder essa questão, além de uma breve pesquisa bibliográfica, estivemos em contato com alguns dos atuais ouropretanos e também consultamos o último recenseamento realizado no ano 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴; notamos que permanece a predominância de habitantes do gênero feminino e pessoas negras da mesma maneira que ocorria no século XVIII.

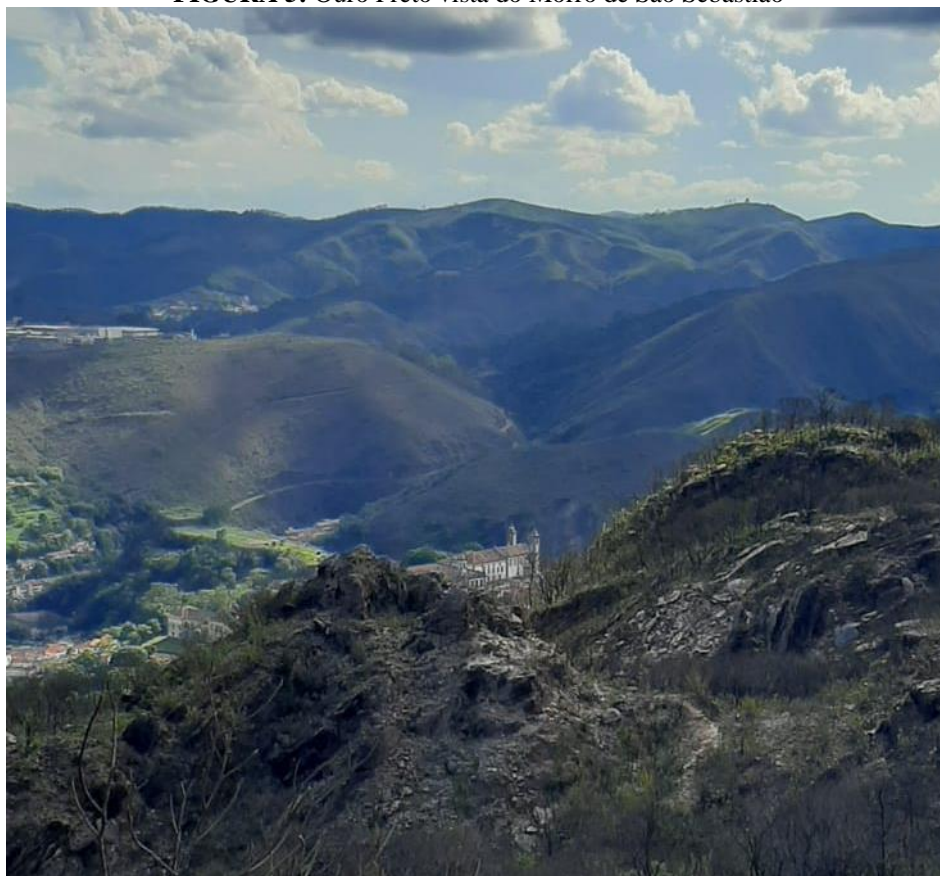
Nas entrevistas semiestruturadas que apresentaremos no segundo capítulo, as pessoas que encontram os cachimbos utilizados pelos antigos, em seu cotidiano, compartilharam conosco suas impressões sobre esses objetos arqueológicos. Por não se tratar de uma pesquisa de método etnográfico, nos referimos a essas entrevistas como conversas. O objetivo das perguntas delineadas para iniciar tais conversas foi, principalmente, tentar levantar informações para preencher a ficha de cadastro de bem arqueológico móvel, presente na portaria 169 do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan). Abordaremos esse material no próximo capítulo, mas consideramos importante apresentar o viés metodológico, pois esta foi a forma que buscamos para construir um caminho de aproximação entre a academia e a comunidade, com vistas a iniciar, mesmo que de forma tímida, um processo de reflexão sobre as possibilidades de curadoria compartilhada desses objetos.

Os bens arqueológicos são protegidos pela Constituição Federal. O **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**, estabelece a integração desses bens como patrimônio de interesse público e da nação. Dessa forma, sua tutela legal pertence à União, que normalmente destina instituições museais à sua guarda para conservação, interpretação, promoção e difusão. Contudo, cabe aqui ressaltar e refletir que esses bens em questão não são provenientes de sítios arqueológicos formalmente estruturados — seja por motivações da Arqueologia acadêmica ou preventiva. Estamos falando de objetos encontrados pela população que, na maioria das vezes, nem possui a informação de que aquele bem pertence à União.

Os sítios e os objetos neles recuperados constituem o patrimônio arqueológico que, independentemente de sua natureza, pertence à União. A noção de propriedade privada não se aplica aos locais em que há vestígios da presença humana no passado. O sítio arqueológico é caracterizado por uma materialidade subterrânea que, no entanto, transborda para a superfície, invadindo a vida cotidiana no presente (BEZERRA, 2013, p. 89).

⁴ IBGE, Censo Demográfico 2010 – disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/pesquisa/23/25888?detalhes=true> > Acesso em 17 de março de 2023

FIGURA 5: Ouro Preto vista do Morro de São Sebastião



Fonte: Foto da autora

Atualmente a cidade de Ouro Preto possui uma instituição habilitada pelo Iphan para fornecer endosso institucional⁵ às pesquisas arqueológicas. Trata-se do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM), pertencente a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Hoje o se encontra fechado para visitação do público, ainda sem data prevista para sua reabertura, em consequência do abandono e sucateamento intencional e sistemático das instituições de Cultura e Educação, vividos no Brasil nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Ainda que se mantenha como um espaço valorizado e reconhecido, historicamente, por sua vocação da formação em pesquisa universitária, hoje o MCT/EM se encontra em condições que impedem seu quadro funcional de exercer três dos pilares da museologia: a pesquisa, promoção e difusão dos seus acervos.

Para além da condição atual da instituição mencionada, as reflexões apresentadas pela Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE) e nos encontros

⁵ Exigência legal a qual trataremos com maior detalhamento no 3. CAPÍTULO

promovidos pela Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB) na última década, as quais se desdobram em publicações⁶, apontam uma série de problemas na gestão desses acervos. Entre esses problemas está a sobrecarga nos espaços das reservas técnicas das instituições e a falta de condições apropriadas para a promoção e difusão das coleções. Por esse motivo, tais coletivos incentivam o debate sobre a promoção de novas formas curatoriais e de guarda dos acervos, vislumbrando a construção de políticas públicas atenta ao olhar decolonial, como por exemplo a possibilidade de apoio institucional a processos de guarda compartilhada, como uma das alternativas ao problema apontado. Este trabalho de conclusão de curso se inspira nessas provocações.

Na busca por pessoas que encontram de forma espontânea os cachimbos arqueológicos, por mais de uma vez, fomos encaminhados a buscar em antigas minas de ouro desativadas - que na contemporaneidade são exploradas com viés turístico, atraindo os visitantes que chegam na cidade em busca de vivenciar a história da antiga Vila Rica. Ao ter conhecimento de nossas buscas, as pessoas indicavam: “vá na mina “x” ou “y”, um conhecido que encontrou um cachimbo deixou lá”, de maneira que algumas delas possuem pequenas coleções. O que nos sinaliza uma percepção popular que os achados arqueológicos precisam ser guardados em lugares de memória⁷, ditos oficiais ou não. Por muitas vezes, os habitantes validam mais os lugares não oficiais do que as instituições museais com narrativas eurocentradas, dessa forma, tornando-se protagonistas na escolha de qual patrimônio os representa e onde devem ser guardados.

Se faz importante ressaltar, que estamos falando de moradores de uma cidade que foi tombada pelo Iphan em 1938, e que em 1980 recebeu o título de patrimônio mundial, conferido pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO). Trata-se também de uma cidade cujas dinâmicas do cotidiano são fortemente marcadas pela presença do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, esta última fruto da junção das escolas de Minas e Farmácia no ano de 1969, e que desde 2008 passou a ofertar o curso de Bacharelado em Museologia, realização decorrente da aprovação do

⁶ Ver Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras.

⁷ De acordo com Nora (1993), os "lugares de memória" são espaços nos quais a memória coletiva se cristaliza e se preserva, especialmente quando há um enfraquecimento das formas tradicionais de transmissão da história.

projeto UFOP/REUNI⁸. Entre os laboratórios que compõem o Departamento de Museologia da UFOP (DEMUL), está o Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM):

As ações extra muro desenvolvidas pelo LAPACOM têm como referência o território e as comunidades da Serra de Ouro Preto. Integram a formação discente para além da experiência dos estudantes vinculados formalmente ao laboratório, uma vez que os desafios e resultados são compartilhados e debatidos em sala de aula (ARCURI, 2022, pg. 170).

Entre os dezesseis museus que compõem o Sistema de Museus de Ouro Preto está o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, que há quinze anos atua na Serra e hoje possui o núcleo Morro São Sebastião como seu principal expoente dos processos museológicos comunitários que fortalecem as referências culturais e identitárias daquele território (MATTOS, VARINE, 2019).

A implementação de uma experiência ecomuseológica na região surgiu durante uma audiência pública, em que foram colocados em discussão temas referentes à preservação da área de proteção ambiental/APA da Cachoeira das Andorinhas e do parque arqueológico acima referido. Após um período de sensibilização das lideranças locais, contatos e intercâmbio com experiências exitosas – Ecomuseu do Quarteirão, em Santa Cruz, Rio de Janeiro e Ecomuseu do Cerrado, Goiás – foram iniciadas as primeiras ações, que se constituíram em oficinas de arte, palestras, reuniões e debates, com o objetivo de sensibilizar determinados segmentos comunitários, como professores, estudantes, membros das associações de bairro, donas de casa, trabalhadores de ofício (carpinteiros, pedreiros, marceneiros) e lideranças culturais. O que se percebe é que, pouco a pouco, o movimento começa a se ampliar, integrando-se cada vez mais às finalidades e objetivos desse empreendimento que irá se constituir, na realidade, em um complexo museológico constituído pelo espaço-testemunho advindo das escavações e contenção das ruínas remanescentes do antigo arraial; pela experiência contemporânea comunitária (espaço cultural vivido), procurando cumprir o que foi proposto na Carta de Belém⁹, através de princípios democráticos que possibilitem o exercício da cidadania e o desenvolvimento da consciência crítica; e pelo lugar-ambiente, potencializando uma rede de relações “sustentáveis” entre homem, natureza, cultura e sobrevivência (MATTOS, 2007. p. 4).

Consequentemente, conseguimos vislumbrar algum percentual na atual população ouropretana, já sensibilizada para um olhar especial para o patrimônio. No entanto, destacam-se também relatos de pessoas que foram levadas a vender os cachimbos encontrados “a preço de bananas”, pois não conheciam nem a legislação que proíbe esse tipo de transação, tampouco o verdadeiro valor do patrimônio em questão; - que não é monetário e não espelha o valor

⁸ Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - [Decreto nº 6.096/2007](#)

⁹ SEMINÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, 8-10 jun., 2007, Belém do Pará. Carta Compromisso. Assinada pelos participantes

identitário coletivo das relações entre as pessoas e os objetos de referência cultural se seu território. Como veremos nos próximos capítulos, nossa pesquisa reforça o entendimento de que as ações extensionistas universitárias, de múltiplas áreas de formação da UFOP, bem como o trabalho admirável do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto tem obtido êxito em sua ressonância, ainda que seja um trabalho em construção permanente.

Esse olhar especial ao que nos referimos nada tem a ver com os olhares dos Modernistas, que compuseram a caravana paulista, e da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN), a qual já na segunda década do século XX discutia e buscava a implementação de políticas públicas preservacionistas. Essas políticas públicas foram de suma importância para o resgate e re colocação da antiga Vila Rica no cenário nacional, após ter presenciado o menosprezo e abandono pelos olhares do poder da região, que teve início ainda no século XIX e culminando na mudança da capital mineira para o então território conhecido como Curral Del Rei. Muitos foram os argumentos na época para justificar tal mudança, como os aspectos geográficos e climáticos da Serra de Ouro Preto, mas não podemos deixar de destacar o incomodo com a composição populacional da urbe oitocentista:

Da mesma forma, sua sociedade, formada por um grande número de negros e mulatos e “apenas por uma oitava parte de origem branca e europeia”, estaria, para os viajantes estrangeiros, conforme a visão eurocêntrica e racalista predominante na época, muito aquém da civilização europeia em uma escala evolutiva. Em sua descrição detalhada da cidade, Emanuel Pohl nos fornece uma série de indícios sobre a origem das imagens depreciativas, desprezando os costumes, o teatro e a música pela “falta de arte e sentimento”, elogiando apenas as damas que compareciam às festas “todas segundo a última moda de Paris” (AGUIAR, 2013, p. 181).

Conforme aponta Aguiar (2013), a construção da “Cidade Monumento” contou inicialmente com os esforços de ex-alunos da Escola de Minas, que publicações manifestações sobre a necessidade de construção de uma “nova memória” para Ouro Preto, seguida por várias comitativas de interessados na preservação de uma “identidade nacional” (AGUIAR, 2013, p. 183). Estes movimentos jogaram seus holofotes na preservação do patrimônio edificado, de forma a romantizar a época colonial vivida nas terras mineiras, atrelando as prioridades turísticas como forma de sustentação da salvaguarda desse patrimônio, porém menosprezando a existência e representações identitárias da população local.

FIGURA 6: Vista da cidade de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XX



Fonte: Arquivo Central do Iphan/ RJ. Inventário. Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico urbanístico.

O que chama a atenção, ao analisarmos a atuação da IMN, é o silêncio em relação à fiscalização e ao controle sobre o comércio de antiguidades e em torno do registro dos objetos, principal tônica do seu regulamento. No período de funcionamento da Inspeção, não houve aumento das coleções do Museu com objetos apreendidos por infração dos dispositivos do regulamento, nem pelo direito que o MHN tinha de preferência na compra de antiguidades a serem negociadas. Mas foram acrescentadas por objetos trazidos das construções restauradas em Ouro Preto e doadas pelo próprio Barroso, como um oratório portátil e duas esculturas de pombas cavalgadas por anjinhos atribuídas a Aleijadinho, oriundos da Igreja das Mercês de Baixo. Tais objetos juntaram-se a outros também recolhidos em Ouro Preto desde que Barroso iniciou ali sua campanha preservacionista, como uma pedra do Morro da Queimada, a aldrava da Casa de Marília de Dirceu, uma coroa e um cetro da Festa do Divino, uma coroa e um cetro de Congada, os artefatos ofertados por Odorico Neves, e um sinete da primeira sede do Banco do Brasil na cidade (MAGALHÃES, 2017, p. 275).

Sobre a IMN é notável em seu registro uma preocupação com os bens culturais moveis, numa primeira tentativa de regulamentação de trânsito desses bens, mas que na prática se resultou apenas a ações voltadas para a salvaguarda dos bens culturais imóveis representantes do período colonial vivido no Brasil. Retrato de como nasceram as políticas públicas e legislação voltadas ao patrimônio nacional.

2.CAPÍTULO 2 – SEGUINDO SINAIS DE FUMAÇA

Durante o período acadêmico dedicado a elaboração desse trabalho, motivados a entender as diferentes temporalidades que perpassam a cultura material encontrada de forma espontânea nesse território, fomos ao encontro de descobrir e conversar com pessoas, as quais se deparam em seus cotidianos pelos cachimbos arqueológicos, que involuntariamente lidam com o patrimônio arqueológico móvel de forma não prevista pela legislação Brasileira. Dessa forma, nossas atenções não se voltam apenas para o passado, mas para a realidade atual dos contextos sociais e políticos, onde são encontrados esses vestígios arqueológicos; uma tentativa de trazer à tona passados silenciados. Falar sobre narrativas silenciadas em Ouro Preto é falar sobre a diáspora africana.

Nesse sentido, para discutir a possibilidade de construção de uma curadoria compartilhada dos cachimbos arqueológicos se faz necessária a inclusão das pessoas em todas as etapas do processo arqueológico/museológico, principalmente suas escolhas e o tempo para negociar referências, necessidades, decisões e valores. Esse processo precisa ser documentado e também musealizado. Trata-se de colocar essas pessoas, e relações, como agentes principais da produção de conhecimento, e não apenas como uma fonte para obtenção de dados. Dar visibilidade às narrativas antes silenciadas pressupõe a escuta e a abertura para nos colocarmos como coadjuvantes nesse processo. Faz-se necessária uma responsabilidade ante a reciprocidade e alteridade de poder (CLIFFORD, 2016).

Aqui está uma boa pergunta que deveria ser retomada e questionada em sua pertinência, a cada caso, sempre que possível diante deste tipo de curadoria: como podemos supor a extensão da experiência vivida pelo outro ou supor que quem nos ouve alcança as dimensões daquilo que se passou conosco enquanto experiência? A alternativa de contato e consulta entre as diversas vozes durante a pesquisa curatorial para a realização de projetos como este pode constituir pistas, entretanto seriam o dissenso e o embate entre posições conflitantes que trariam novas interpretações diante da polifonia gerada, e não o esforço para criar posições e discursos unitários (CLIFFORD, 2016, P. 20).

Com o objetivo de explorar o potencial de futuras ações de curadoria compartilhada dos cachimbos arqueológicos de Ouro Preto, partimos para etapa da pesquisa que visava à nossa aproximação a essas pessoas. Num primeiro momento, passamos por dificuldades as quais confessamos não haviam sido previstas, muitas vezes tendo entrevistas remarcadas e pessoas

as quais não se sentiram à vontade de compartilhar suas informações conosco. Ocorreu, algumas vezes também, de ao entrar em contato com as pessoas que encontravam os cachimbos para conversar, elas não estavam mais em posse desses objetos, bem como aquelas pessoas que possuem objetos encontrados por terceiros. De modo que optamos por conversar não só com os responsáveis pela coleta do bem arqueológico, mas como todos os envolvidos de alguma forma nessa trama, e assim construindo vínculos relacionais com os bens arqueológicos.

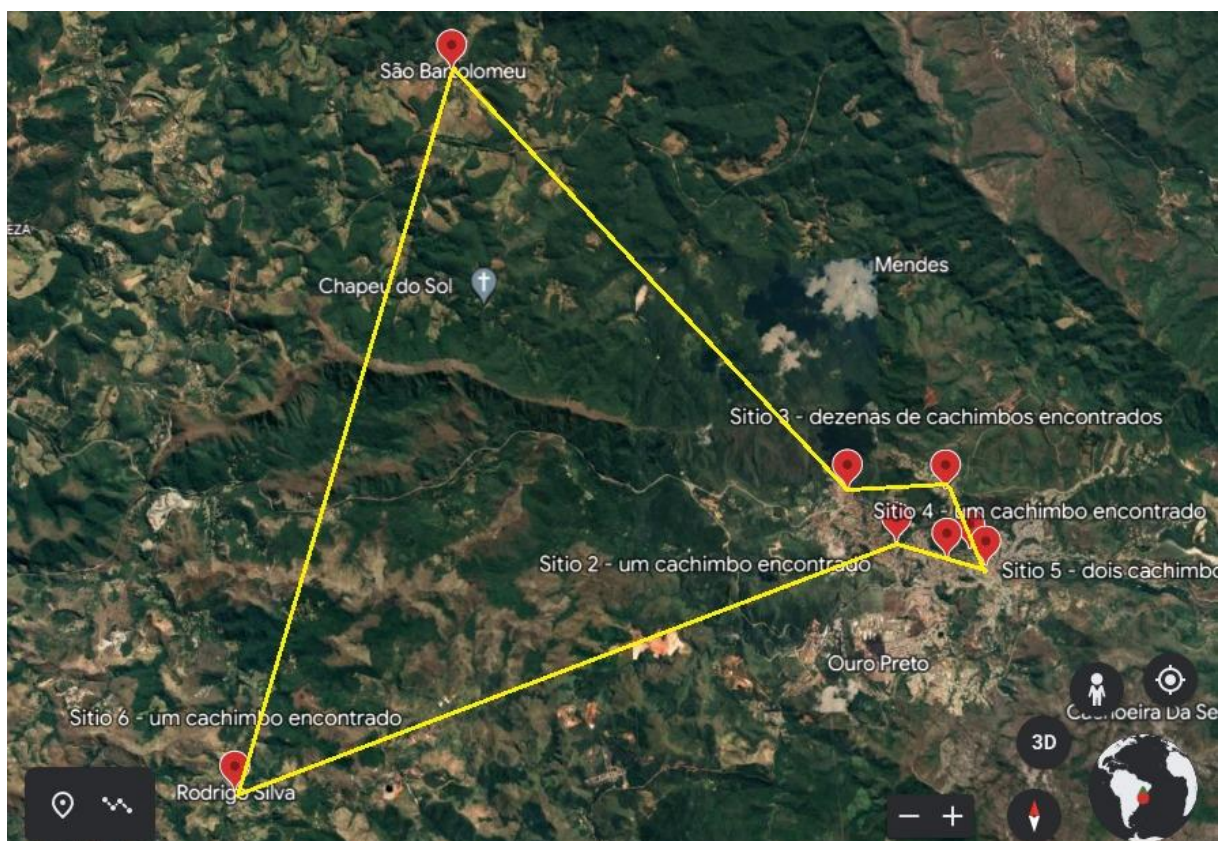
Houve, portanto, entrevistas com pessoas que encontraram, as que guardam, as que conhecem quem encontrou, as que não aceitaram conversar, mas que enviaram fotos dos cachimbos encontrados. E a partir dessas informações foi-se construindo uma pequena rede de informações sobre a aparições de cachimbos de barro na cidade de Ouro Preto. Focando principalmente na qualidade das informações e tempo necessário para o processamento dos dados obtidos, não se fazia possível para um trabalho de caráter monográfico expandir demais essa coleta de dados, apesar de vontade não faltar, o que não impede de futuramente esse trabalho se desdobrar ou inspirar ações de continuidade no LAPACOM. Visto que a construção efetiva de uma curadoria compartilhada desses objetos demanda tempo e ações morosas junto a coletivos representados de forma identitária por esses objetos, consideramos esse trabalho monográfico o ponta pé inicial para alcançarmos esse objetivo.

Conforme já explanado previamente, no primeiro capítulo, inicialmente o intuito de conversar com pessoas que têm seus cotidianos atravessados pela cultura material de seus antepassados, neste caso os cachimbos de barro, foi tentar preencher a ficha de cadastro de bem arqueológico móvel, presente na portaria Iphan n. 169. Ao mesmo tempo, também era de suma importância para esse trabalho exercer a escuta das pessoas que se disponibilizassem a compartilhar conosco seus conhecimentos, algumas vezes nos surpreendendo com os caminhos que as conversas tomavam. Por muitas vezes os relatos que começavam pelo interesse da relação entre aquela pessoa e os cachimbos de barro que coletava, virava de um relato biográfico pessoal até a chegada do momento presente o qual compartilhávamos.

Neste capítulo apresentaremos um mapeamento do caminho percorrido em busca desses vestígios arqueológicos com que corriqueiramente se relacionam os Oupretanos, cruzando as informações captados nos relatos e as referências bibliográficas sobre cachimbos de barro, bem como os dados preenchidos na ficha de cadastro do Iphan já mencionada.

Na figura abaixo apresentamos a poligonal onde foram registrados os achados de cachimbos arqueológicos estudados, ultrapassando os limites da antiga Vila Rica e constando distritos pertencentes à atual Ouro Preto. A ideia de projetar as ocorrências arqueológicas no mapa é uma tentativa de relacionar os tipos de cachimbos encontrados aos espaços que aqui denominaremos de sítio¹⁰ sinalizado e dos relatos referentes a essas coletas:

FIGURA 7: Poligonal dos cachimbos coletados



Fonte: Google Earth

Partimos das informações do Sítio 1, onde tivemos a oportunidade de conversar com Edson¹¹. Edson é mestre de obras aposentado que, ao estar trabalhando para ajustes de encanamento para readequação de um novo sistema de abastecimento de água, encontrou pela segunda vez um cachimbo de barro. A primeira ocorrência havia sido há aproximadamente trinta anos, quando ainda trabalhava na fundação da casa:

¹⁰ Nomeamos como sítios os lugares onde os cachimbos foram coletados cientes de que não se tratam necessariamente de sítios arqueológicos, mas por serem entendidos – na perspectiva teórica deste trabalho monográfico – como lugares de memória definidos pela presença do bem arqueológico.

¹¹ Todos os nomes utilizados nesse trabalho monográfico são nomes fantasia, no intuito de preservar as identidades dos colaboradores dessa pesquisa.

Ariane: *Onde encontrou o cachimbo?*

Edson: *O cachimbo eu encontrei debaixo da casa aqui.*

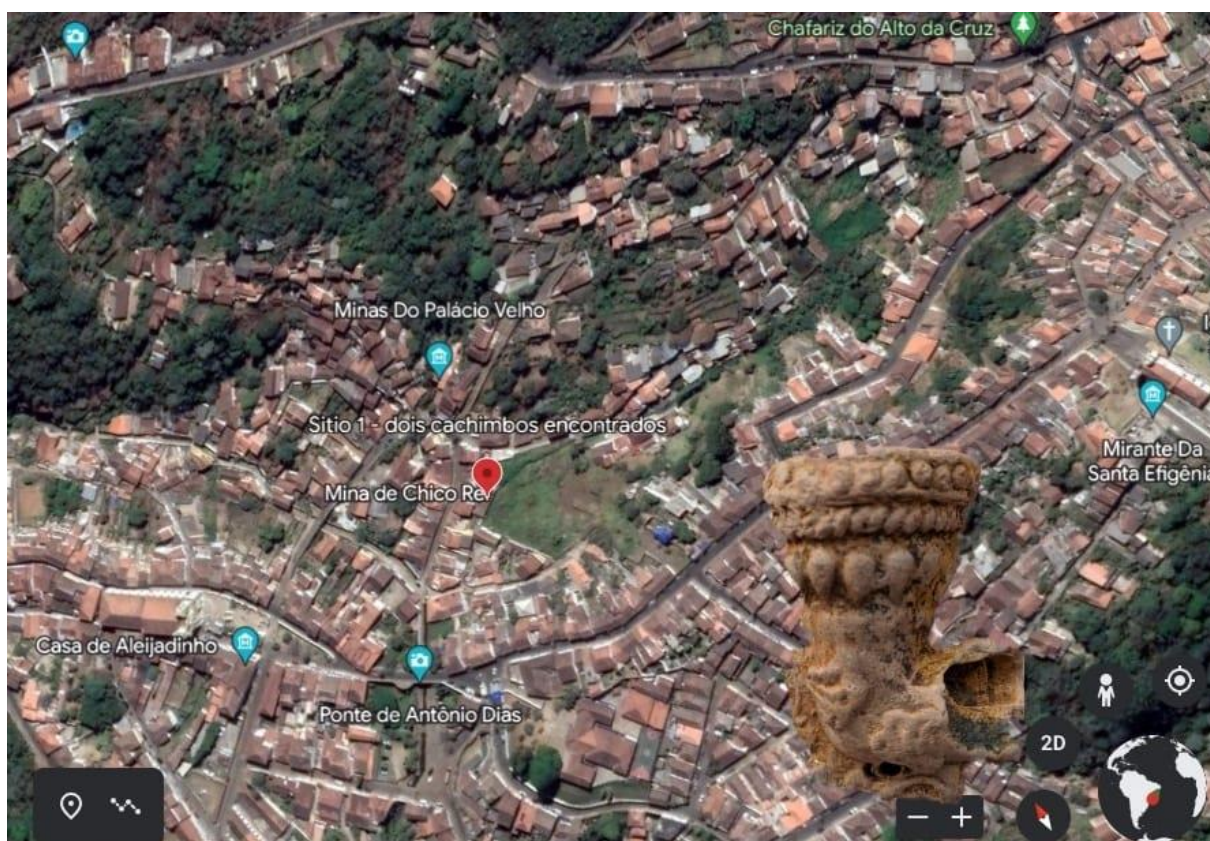
Ariane: *Quando foi encontrado o cachimbo?*

Edson: *Esse aí, tem um ano.*

Ariane: *E foi o primeiro?*

Edson: *Não, já é o segundo. O outro eu encontrei lá em casa. *localizada no mesmo terreno. (Edson em entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2023)*

FIGURA 8: Sítio 1



Fonte: Google Earth

Ainda em seu relato, Edson nos apresenta, de forma breve, o que acredita que acontecia nesse território no tempo da grande exploração aurífera; através da sabedoria popular, Edson nos conta quem, ele supõe, teria o hábito de fumar em cachimbos de barro:

Ariane: *Você tem no seu imaginário quem eram as pessoas que usavam esse objeto?*

Edson: *Essa área toda aqui mexia com “escravo”, tem a casa de Chico Rei ali em cima, tem a igreja lá em cima que era deles Santa Efigênia. Então aqui, no meu entender, era uma área eles deveriam estar mexendo direto e reto, então, nas horas de descanso para fugir um pouquinho fumar ali embaixo. Diz que aqui, pelos contos*

mais antigos, o tesouro do santíssimo¹² tá enterrado nessa bacia aqui, que aqui é uma bacia ne? Agora ninguém, isso quem me contou foi um moço que eu trabalhei com ele há muitos anos, chamas seu Marcos, ele falava que “tava” aqui, “cê” olha aqui para essa região aqui, tudo de igreja, diz que quando os “escravos” chegaram aqui eles escondiam tudo, se não levavam tudo para Portugal. Ele falou “ta” aqui, mas sabe Deus onde. Era aqui o vira saia¹³, o ouro saia dali quando eles viravam a santa o ouro podia sair, para a coroa não ver. (Edson em entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2023)

Ao relacionar os dados obtidos nessa conversa com bibliografia especializada sobre cachimbos arqueológicos, podemos constatar que a sabedoria popular não se distancia das narrativas academicamente validadas:

É notória a associação histórica de escravizados ao fumo, o pito, tanto em menções literárias, quanto iconográficas. Essa associação entre pessoas escravizadas e o uso de cachimbos de barro aparece também em anúncios de “escravos fugidos” veiculados em periódicos oitocentistas, como já apontado por outros arqueólogos (Lima et al. 1993; Agostini, 1997, 1998; entre outros). (HISSA, 2022, p. 3)

Edson, apresentou também conhecimento de possíveis técnicas utilizadas nas feitura desses objetos:

Ariane: Você imagina como ele foi feito?

Edson: aquele cachimbo ali parece que ele foi moldado, porque ele foi no fogo, ele é um cachimbo que ele teve um aquecimento. Porque quando o barro cru, ele não vai ser curado só no fumar, então ele chegou ir ao fogo. Ele deve ser feito numa forma, porque o outro eu achei também é idêntico com esse. (Edson em entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2023)

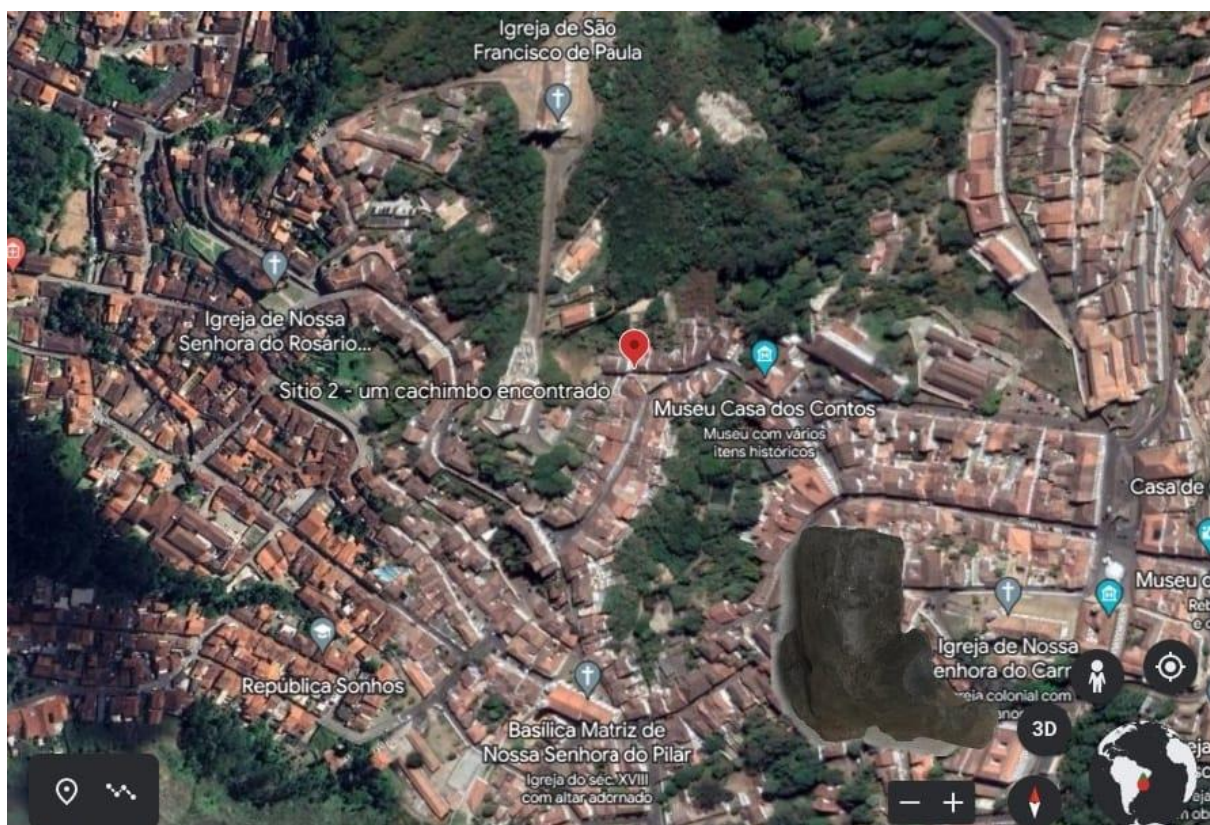
Pontuando também em sua narrativa a informação de recorrência iconográfica do cachimbo encontrado décadas antes no mesmo terreno.

Ao visitar o Sítio 2 onde foi encontrado um cachimbo de barro escuro, podemos conhecer o quintal onde o vestígio arqueológico foi coletado. Nesse quintal existe uma horta, e é recorrente que nas atividades de manutenção da horta os atuais moradores encontrem muitos vestígios arqueológicos como cacos de louça de possíveis utensílios domésticos que caracterizam as várias temporalidades que viveram na região central de Ouro Preto, esse sítio se localiza no perímetro tombado, “Cidade Monumento”:

¹² Crença popular

¹³ Crença popular

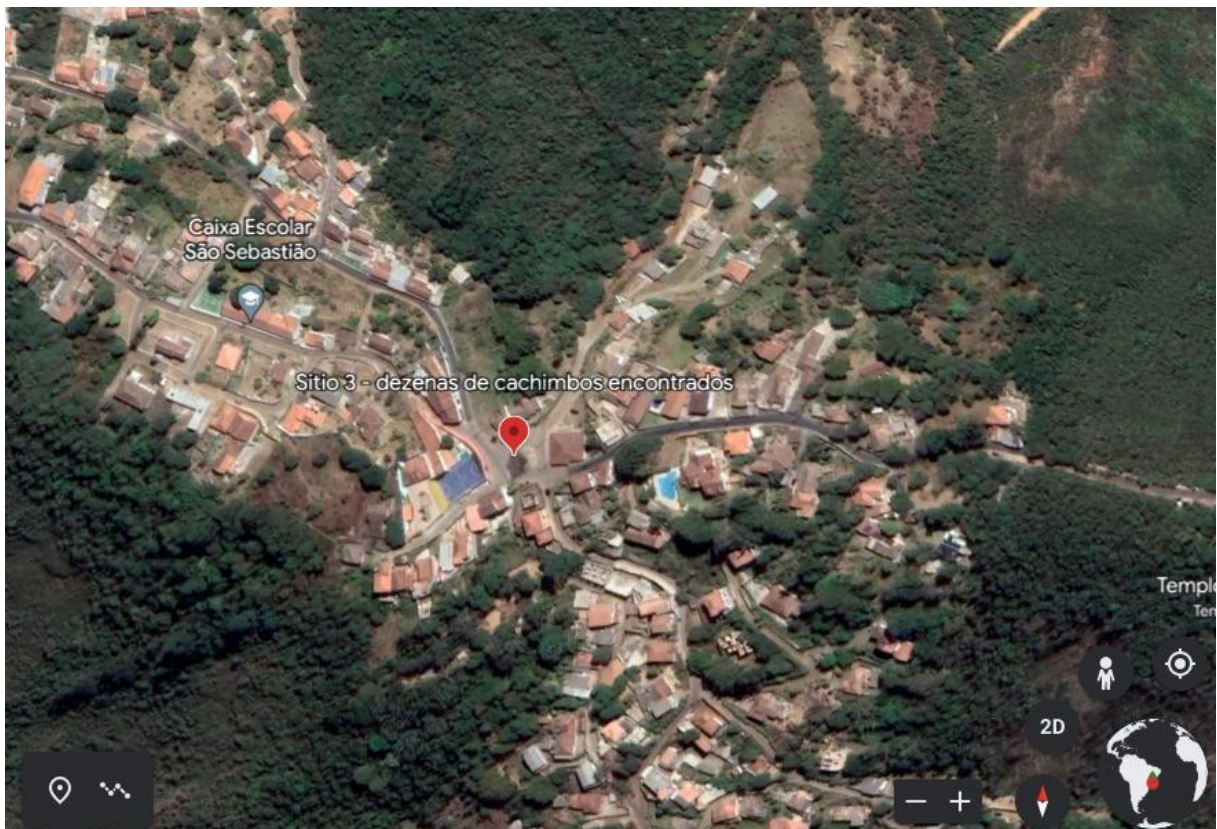
FIGURA 9: Sítio 2



Fonte: Google Earth

Ao conhecer Francisco ele nos relata com entusiasmo sobre as dezenas de cachimbos de barro que encontrou de forma recorrente, perto do moinho de vento localizado no Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada, e em algumas minas em um terreno de sua propriedade que, a princípio, estaria localizado no Morro de Santana mas que, no decorrer de seu relato, Francisco falou que se localizava entre o morro de Santana e o Morro São Sebastião:

FIGURA 10: Sítio 3



Fonte: Google Earth

Desta forma, construiu uma coleção doméstica de cachimbos de barro, a qual manteve em lugar de destaque em sua casa, até ter sido persuadido a vender os objetos a “preço de bananas” os quais ele mesmo intitula de relíquias:

Francisco: *Eu já encontrei mais de vinte.*

Ariane: *Onde encontrou o cachimbo?*

Francisco: *Encontrei no moinho de vento, encontrei na mina, na mina que tem lá perto do lote meu lá no morro de Santana, o morro de Santana é o lugar do ouro. Encontro embaixo da terra, por cima é difícil, tem que explorar, tem que sair procurando. As vezes tô procurando outra coisa e acho o cachimbo de argila.*

Ariane: *Como você pegava e guardava?*

Francisco: *Antes eu juntava e guardava, “sô”, mas ai encontrei com um homem que viu ele ficou doido e levou eles lá para Portugal, fiquei sabendo esses dia. Eu guardava pra mim, minha mãe até me xingou demais, menina, quando ela foi lá no guarda louça e não viu os cachimbos, nossa senhora, ela gostava porque era uma coisa, uma relíquia. Eu dei bobeira de ter vendido pro homem. Mas tem um colega meu que encontrou dois lá esses dias, lá onde eu tenho o terreno que tem umas mina lá onde “escravo” trabalhou, entre o morro de São Sebastião e o morro de Santana, ele estava procurando ouro com bateia, bateando e saiu um cachimbo. Hoje em dia isso é relíquia, é história, é história, o “escravo” veio aqui, trabalhou demais, explorou essas minas aqui o cachimbo deve ser a única diversão que ele tinha, pra distrair era o cachimbo e a cachaça, tomar uma cachaça e fumar o cachimbo, com*

um fumo de rolo muito paioso ¹⁴*ainda, porque eles não tinham dinheiro pra nada na vida*

Ariane: *Quando você encontrou identificou de primeira?*

Francisco: *na hora falei assim: é cachimbo de “escravo,” porque tem um desenho, um detalhe por baixo assim, é cheio de desenho. Eu vou desenhar ali no caderno para você ver como é. Tem até um lugar que tem um burquinho embaixo que eles deixavam pendurado no pescoço. Cada um é de uma forma e desenho diferente, já encontrei inteiro, já encontrei até grandão assim, tem uns pequeninhos, tem grande.* (Francisco em entrevista realizada no dia 09 de fevereiro de 2023)

Vemos que, ao montar sua coleção particular, aparentemente, Francisco foi motivado a preservar os objetos que para ele têm valor simbólico e identitário. No entanto, foi atravessado por interesses do tráfico ilegal de objetos arqueológicos, que em muitos casos se aproveitam da vulnerabilidade social e econômica das pessoas, que não têm acesso ao conhecimento acadêmico e leis regentes sobre o patrimônio arqueológico (BEZERRA, 2009). O Iphan e a comunidade acadêmica nas últimas décadas não pouparam esforços na promoção seminários e publicações, debatendo sobre tráfico de materiais arqueológico, mas a difusão desses debates e normativas levam tempo para alcançar a maioria da população, a arqueologia e a museologia comunitárias assumem esse papel de sensibilização e educação patrimonial.

Em sua última fala, Francisco demonstra o interesse e suas percepções sobre a iconografia e as formas de uso daqueles objetos, informações as quais conseguimos relacionar com a obra da autora Sarah Hissa:

Mesmo em produções de maior escala, é mais presumível que cachimbos eram feitos por artesãos indígenas, africanos e afrodescendentes, tenham sido eles escravizados ou alforriados, e que alguns (ou vários, ou todos) elementos formais e motivos decorativos tenham sido escolhidos ou elaborado por eles (HISSA, 2022, p. 6)

Em outra passagem do livro “Fumo e Arqueologia Histórica: o tabaco e cachimbos importados no Brasil, séculos XVII ao X”, podemos fazer um paralelo com a narrativa de Francisco, quando ele se refere ao fumo usado pelas pessoas escravizadas como “paioso”, de forma a destacar que em seu imaginário as questões de classe influenciavam a maneira de consumo do tabaco:

Parece que, enquanto até o século XVIII as formas de uso do tabaco não se davam mediante uma distinção social marcada, já no XIX as classes mais pobres, como já dito, criados, tropeiros, viajantes, pescadores homens do mar, negros, escravizados ou não, usaram preferencialmente o cachimbo, o rapé, e cigarros. As classes abastadas adeptas do vício transmitiam entre o uso elitista do rapé, em menor grau, o cachimbo. Independente da classe socioeconômica, as mulheres eram especialmente admiradoras

¹⁴ Referente a gíria “paia” equivalente a ruim, inferior.

de ambos, do rapé e do cachimbo, enquanto o cigarro seria mais da esfera masculina, sejam homens ricos ou pobres. (HISSA, 2020, p. 61)

Como já introduzido no primeiro capítulo, umas das minas abertas à visita na cidade possui uma pequena coleção de cachimbos, formada de modo espontâneo a partir da percepção das pessoas que encontraram e coletaram esses bens arqueológicos de que lá seria o lugar ideal de salvaguarda. Nesse local, que aqui chamamos de Mina “X”, há um grande engajamento de lideranças comunitárias do bairro, que executam um forte trabalho para disseminação de conhecimento sobre os valores da diáspora africana e as tecnologias de mineração importadas da África no período de exploração aurífera da Vila Rica. Ao visitarmos a Mina em questão, fomos direcionados a conversar com Pedro, uma das pessoas que levaram para lá os cachimbos de barro que encontram:

FIGURA 11: Sítio 4



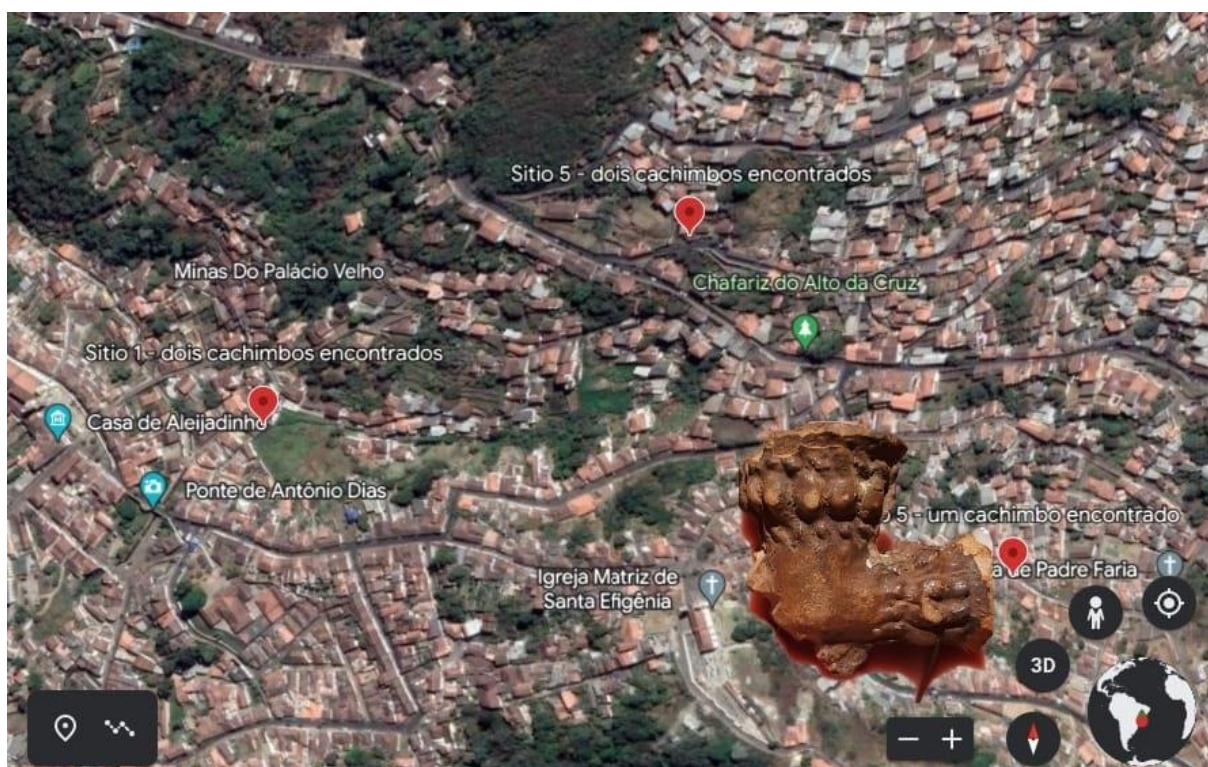
Fonte: Google Earth

Seguimos então em direção à casa de Pedro, mesmo sem um agendamento prévio, para saber como foi encontrado o cachimbo de barro que entregou naquela Mina “X”. Em conversa breve, Pedro ele nos relatou que encontrou o cachimbo de barro quando estava sendo feita a

fundação de sua casa e que, ao identificar o objeto, decidiu por entregar sua salvaguarda à Mina “X”.

Outro local que fomos informados de haver objeto de interesse dessa pesquisa, que aqui denominamos de Sítio 5, também se trata de uma Mina, a qual chamemos de Mina “Y”. Há existem dois cachimbos de barro que ficam expostos ao público, num pequeno altar dentro da Mina que é aberta à visitação do público. Em conversa com os três responsáveis pelo lugar, foi compartilhado conosco que, no momento que foi feita uma reforma no terreno, esses dois cachimbos foram encontrados na entrada da mina e que, possivelmente, haveria outros, porém com o trabalho de máquinas pesadas passaram despercebidos no manejo da terra.

FIGURA 12: Sítio 5



Fonte: Google Earth

Ariane: *Onde encontrou o cachimbo?*

Augusto: *achamos os caquinhos aqui no meio dos entulhos, na época da obra da mina. Talvez tivesse até mais, mas a gente estava com tanta pressa de tirar essa terra dali, era para ter separado.*

Ariane: *Quando foi encontrado o cachimbo?*

Augusto: *2016 (Augusto em entrevista realizada no dia 11 de fevereiro de 2013)*

Em outro ponto da conversa seu Augusto nos fala sobre o poder da fumaça de curar, o que encontramos também em nossas referências bibliográficas (HISSA, 2020), que fumar tabaco era receitado para curar males da asma na antiga Vila Rica:

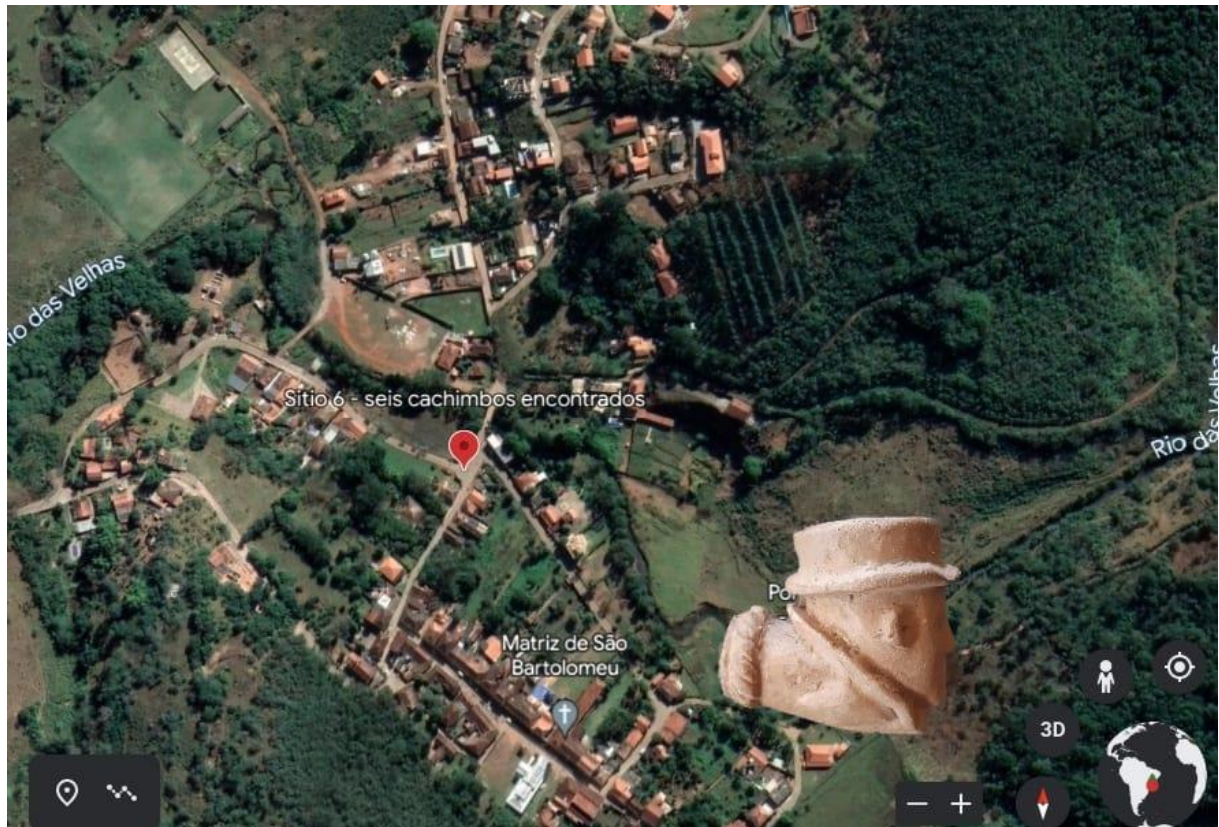
Ariane: Você tem no seu imaginário quem eram as pessoas que usavam esse objeto?

Augusto: Era o próprio negro na época né? E depois, passou essa cultura que as pessoas curavam através da fumaça, né? Depois foram trocando o cachimbo pela folha de fumo. Os pretos velhos quando incorporavam com a fumaça do cachimbo, incorporar as entidades através da fumaça e da cachaça, no candomblé, né? (Augusto em entrevista realizada no dia 11 de fevereiro de 2023)

Nota-se que várias das prescrições de Ferreira, já no século XVIII, são coincidentes a observações dos jesuítas do século XVI. Ele descreve que, entre seus principais clientes, os escravizados, a principal causa de males era o clima frio e úmido, para os quais prescreve o fumo do tabaco no cachimbo, depois de dormir e antes de comer, para a cura de “asma de causa fria” e desobstrução dos brônquios (FERREIRA, [1735] 2002, p. 369). No domínio da medicina dos humores, o tabaco teria sido especialmente útil em regiões altas, como Vila Rica, onde o caráter das doenças era considerado do gênero inflamatório, catarral ou reumático. (HISSA, 2020, p. 44)

Não visitamos o Sítio 6, mas quando realizamos a visita na Mina “X”, para conhecer sua pequena coleção e em busca por informações das pessoas que encontraram cachimbos e decidiram que a mina seria o lugar ideal para sua salvaguarda, fomos surpreendidos por seis peças idênticas depositadas lá, provenientes do distrito de São Bartolomeu:

FIGURA 13: Sítio 6



Fonte: Google Earth

Os seis cachimbos de barro mais claros com formato de um roso masculino usando uma cartola, se diferenciam muito dos outros cachimbos até então mapeados nessa pesquisa. O que nos deixou bastante intrigados com as possibilidades em torno desses seis exemplares, todos encontrados na mesma região. Possivelmente com datação bem espaçadas dos outros, com certeza um ponto importante para se avançar nos possíveis desdobramentos desse trabalho monográfico.

FIGURA 14: Cachimbos de São Bartolomeu



Fonte: Foto da autora

Outro local o qual não tivemos oportunidade de visitar, pois a pessoa que encontrou os cachimbos não aceitou conceder uma entrevista, foi o Sítio 6. Apesar de não querer conversar conosco presencialmente, a pessoa, que já coletou alguns cachimbos exercendo seu ofício de garimpo artesanal, autorizou o uso da imagem, cedida por seu sobrinho, de um dos objetos encontrado na construção desse trabalho. Isso foi de grande valia para exemplificar como é grande a extensão do território com a presença de cachimbos em Ouro Preto e exemplificar a diversidade iconográfica presentes nos diferentes sítios.

FIGURA 15: Sítio 7



Fonte: Google Earth

No Sítio 7 e último contemplado por esse trabalho, conhecemos seu Sebastião, que aos 82 anos de idade nos recebeu durante horas, onde pudemos conversar sobre vários assuntos vividos por ele, desde sua infância junto aos seus pais, depois seu trabalho, as músicas que ouve, as dificuldades as quais passou, incluindo a sua narrativa sobre o cachimbo que encontrou. Assim como já visto em entrevistas anteriores, o artefato foi encontrado durante a construção de sua casa, que ele mesmo construiu. Todos os assuntos percorridos durante a conversa se conectavam diretamente a um pilar: a vida vivida naquele território e a vontade que ela não se perca quando ele não estiver mais de corpo presente, para que as próximas gerações não a esqueçam.

FIGURA 16: Sítio 8



Fonte: Google Earth

Arianne: *Onde encontrou o cachimbo?*

Sebastião: *Quando eu tava fazendo a base, fundação dessa casa, do lado de lá eu vi. Essa casa, esse terreno aqui nosso são tudo, muitas pessoas às vezes nem sabem como é o esquema; aquele lote ali, alguma parte desse nosso lado aqui, “éee”... eles falam rejeito, rejeito de quando tiravam o ouro e jogavam pro lado de cá, aí fizeram aquele arrimo, ali é tudo cascalho, se mexeu. Os “escravos” fumavam o cachimbo deles, inclusive não é só eles não porque eu também gosto, eu uso meu cachimbo para não usar esse cigarro paraguaio. As pessoas às vezes podem até achar, porque Ouro Preto é um (pausa), que aqui é pura mina onde os “escravos” trabalhou, aqui naquela casa tem uma mina, atrás dessa casa. E essa mina ela vai lá pro lado da casa de “Lala”, tem umas que tem água, tem uma na frente da casa de geleia ali que eu cheguei a dar uma trabalhada nela que o ônibus passo, ônibus e caminhão e carro passa, aí afundo, né? Afundou a mina “tava” muito rasa, afundou, aí a prefeitura teve que fazer um servicinho lá e “pois” uma tampa nessa rua aqui. E tem diversas minas aqui.”*

Arianne: *Tem muitos anos que o senhor mora nessa casa?*

Sebastião: *Eu nasci aqui, do outro lado do terreno e fiz essa (casa) aqui para mim, então a gente conhece tudo aqui. Então a gente conhece a mediação como que é.*

Arianne: *Quando foi encontrado o cachimbo?*

Sebastião: *1995*

Arianne: *Quando você encontrou identificou de primeira?*

Sebastião: *ele era todo de barro e tinha um buraquinho embaixo, na coisa dele assim, por baixo.* (Sebastião em entrevista realizada 12 de fevereiro 2023)

Na construção desse mapeamento chegamos a visitar em Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto, o Morro Santana – Gogo, o qual faz divisa com o Parque Paisagístico e Arqueológico do Gogo. Lá tive a oportunidade de conversar com o líder comunitário José, que não tinha em sua posse nenhum cachimbo arqueológico, porém dissertou sobre suas experiências e percepções do objeto em questão:

Ariane: *Você já achou cachimbo?*

José: *Já, muito, muito cachimbo.*

Ariane: *Você imagina como ele foi feito?*

José: *Os cachimbos são fabricados de barro, e eles são cozido igual cozinhou essa pedra aqui. Quando cozinava a pedra eles já faziam o barro e cozinavam junto o cachimbo para a pessoa colocar o fumo e pita, porque antigamente era só escravidão. Eles que usavam, eles as “escravas”, esses cachimbos eram furados para carregar no pescoço, na época como não existia canudinho e esses negócios. Eles usavam era bamboo encachava nele, cortava o bamboo fazia o canudinho e enfiava naquele negócio e pitava. Vários, “cê” tem vários cachimbos tem uns mais queimados, os mais escuros, os mais claros.*

Ariane: *Onde você encontrou os cachimbos?*

José: *O que acontece, a gente vai, como a gente trabalha no alto do morro tirando ouro, aí que a gente consegue achar isso. E quando a gente vai nas minas, né? Nas “beradas” das rochas das minas sempre, sempre acha algum, alguns já quebraram, teve muita água, muita enchente esses negócios assim... aí vai rolando, sabe ele vão se destruindo. Tem uns que tem data, tem uns que tem a cabeça assim de um animalzinho, aí então é isso aí que acontece. Tem muitas coisas antigas nesse alto. Eu dei foi muito para Osvaldo, tem um museu¹⁵ ali ô, eu dei foi muito não foi pouco não.*

Ariane: *Já achou desse¹⁶ aqui?*

José: *Muitos desse, eles mesmos que desenhavam. Eles desenhavam a cara no barro e punha para cozinhar junto com as pedras, porque ele era cozido igual as “aleras” de “tijolim”, “tijolim” de barro. É o mesmo processo para cozinhar ele.*

Ariane: *Você tem no seu imaginário quem eram as pessoas que usavam esse objeto?*

José: *As “escravas” fumavam, tinha, meu pai morreu com 100, 100 anos, minha mãe morreu com 62, antigamente aqui no alto em cima aqui o povoado aqui via os “escravos” e ainda chegaram a achar ainda pessoas que eram de mais idade contaram pra gente. E as escravas viviam de pedras, pedras preciosas, que as vezes tiravam não só o ouro. As vezes elas faziam uns colares e uns trabalho de benzenção e essas coisas, elas trabalhavam de um lado e os “escravos” de outro. (José em entrevista realizada 12 de fevereiro de 2023)*

Ao descrever a diversidade iconográfica e a forma de feitura dos cachimbos atribuída por José, ele compara com técnicas de extração de ouro utilizada por pessoas escravizadas que

¹⁵ Local não institucional onde existe uma coleção comunitária

¹⁶ Apresentados na figura 2

trabalhavam nas minas de ouro, o que podemos correlacionar com referências bibliográficas especializadas conforme visto no capítulo anterior quando Hissa que:

Os ditos cachimbos de barro eram feitos local ou regionalmente no Brasil colônia e império. De modo geral, essas peças eram queimadas em baixas temperaturas, produzindo peças cerâmicas geralmente em tons terrosos, vermelhos e pretos, porosas e muitas vezes com o núcleo reduzido, de onde infere o uso de argilas com algum teor de ferro. Eram produzidas por modelagem ou moldagem e a forma mais recorrente é a angular curta, para a inserção de piteira vegetal, mas também aparecem na forma angular longa, com haste e boquilha integradas ao forninho em peça única. (HISSA, 2022, p. 2)

Ao apresentar, no decorrer deste capítulo, todos os dados coletados e relacionando-os às referências bibliográficas, procuramos demonstrar o grande potencial para a aplicação de um projeto de curadoria compartilhada que vise uma cotutela dos cachimbos arqueológicos de Ouro Preto. Destacamos que os dados levantados até aqui nos mostram que os cachimbos de barro são objetos de grande apelo identitário das pessoas que habitam esse território. O volume e a frequência em que tais objetos são encontrados de forma espontânea traz à tona os desafios debatidos nas últimas décadas sobre gerenciamento de acervos, nos quais, não obstante a existência de dezesseis instituições museais oficiais em Ouro Preto, não há até o momento um cenário em que essas instituições conseguem dar conta da fruição desse acervo. Isso sem falar dos riscos de permanência de narrativas eurocentradas, bem como a baixa frequência da população ouropretana aos museus da cidade, que encontram nos turistas seu principal público.

“A despeito desse perfil histórico social e demográfico da cidade de Ouro Preto, as representações e interpretações sobre a população africanas e afro-brasileira têm se resumido a um processo museal que privilegia o passado escravo de maneira emblemática: a categoria sofrimento. O passado escravo tem sido representando pelo sofrimento, pela exclusão e por um lugar periférico na museografia dos principais museus da cidade, seja por parte do Estado (IPHAN) – Museu da Inconfidência, pelo Ministério da Fazenda (Museu Casa dos Contos), pela Igreja (Museu Sacro da igreja do Pilar e Museu do Aleijadinho) e por fim, por uma entidade privada - a Fundação Gutierrez (Museu do Oratório). Miriam Sepúlveda dos Santos (2004) já adiantou que há uma tendência da museografia brasileira em expor o passado escravo acentuando a dor e o sofrimento, mas de forma generalizada, e que essa museografia não produz uma reflexão sobre a real situação vivida pelos indivíduos vitimados e de que a nossa representação museal do passado é falha no sentido de promover uma justiça social hodierna aos afrodescendentes” (LIMA FILHO, 2010, p.205).

Construir ações de aproximação e sensibilização nesta comunidade, a partir da educação patrimonial e da execução de uma arqueologia comunitária e de processos museológicos feitos de forma compartilhada, é um caminho mais fértil para a proposta de difundir a importância e os sentidos da legislação de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro. Junto às já usuais oficinas de identificação, documentação e conservação desses objetos, esses podem ser

considerados os primeiros passos para uma construção menos elitizada, e efetivamente em diálogo com os pressupostos decoloniais, de um processo sustentável e inclusivo de salvaguarda das memórias nacionais.

3.CAPÍTULO 3 – OS CACHIMBOS VIAJANDO PELA OURO PRETO CONTEMPORÂNEA

A trajetória de implementação de normas para a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil está ligada à criação, em 1937, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan, que na época foi batizado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan. A autarquia surge de um movimento foi fortemente vinculado ao Museu Nacional, que era a instituição museal responsável pela tutela, procedimentos de preservação, pesquisa e gestão dos bens culturais, ou seja, desde seu início os museus receberam a incumbência de salvaguardar os bens arqueológicos que, a partir do marco legal, pertencem à União.

Os impasses da relação dos agentes responsáveis pelo processo regulamentado por lei vêm sendo debatido ao longo das últimas décadas, no intuito de se alcançar melhores condições para o gerenciamento de acervos arqueológicos em todas suas etapas: desde as escavações e retirada de material em campo até seu destino final da instituição que assume a guarda. No ano de 2009, criou-se o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, autarquia originada a partir de uma dissidência do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU, que pertencia ao Iphan. Essa separação levou à necessidade de se criar novos mecanismos legais, que amparassem o patrimônio arqueológico nos museus, pois estes, durante muito tempo, foram o elo mais fraco da relação de salvaguarda do patrimônio histórico-cultural. Nas palavras de Costa (2007, p. 4), “as instituições museais têm o ônus da guarda, mas não o controle sobre aquilo que receberão para guarda”; ainda segundo o autor:

como vemos, para as questões de guarda legal de materiais arqueológicos não é isso que ocorre, uma vez que as instituições museológicas nessa tramitação só têm deveres e, portanto, estão legalmente desprotegidas. No entanto, parece-nos que esse cenário de “desproteção” legal das instituições museológicas tenderá a mudar. Isso porque no ano de 2009 o IPHAN foi estruturalmente dividido, quando seu Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) foi convertido numa autarquia federal: o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado a partir da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Nesse mesmo período foi sancionada a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que cria o Estatuto dos Museus. Recentemente ambas as leis foram regulamentadas pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Esse novo cenário aponta para a necessidade de mudanças no que concerne à gestão do patrimônio arqueológico pelo Estado (COSTA, 2014, p.83).

Sabe-se que inúmeras vezes as instituições que concedem o endosso não estão alinhadas com as pesquisas arqueológicas, podendo receber acervos que não dialogam com as coleções, as quais são direcionados seus processos museológicos: salvaguardar conservar, interpretar, promover e difundir. Por essa razão, muitos acervos de bens culturais moveis não chegam a passar pelos procedimentos necessários a um processo de musealização adequado e terminam lotando as reservas técnicas. A legislação determina que, uma vez nos museus ou instituições de guarda, os acervos arqueológicos passam a ter sua salvaguarda sob a responsabilidade dessas instituições. Nesse sentido, ao propor uma cotutela e curadoria compartilhada entre museu e comunidade, não pretendemos diminuir a importância ou responsabilidade dos museus para tal fim mas, sim, buscar fortalecer a atuação dessas instituições por meio de práticas que acompanham os avanços teóricos, tanto da arqueologia quanto da museologia, entendendo que o museal vai muito além das paredes institucionais.

Para melhor compreensão das questões referentes ao endosso às pesquisas arqueológicas, precisamos conhecer o que estabelecem as leis vigentes que as regem. De acordo com Costa (2017), o direcionador mais importante e hierarquicamente superior às outras normas é a **Constituição Federal de 1988 (CF/88)**, que, em seu **art. 20, inciso X**, define que os bens arqueológicos e pré-históricos pertencem à União. Além disso, o art. 23, inciso III, determina a competência comum dos entes federativos para a proteção dos “documentos, obras e bens de valor histórico, artístico e cultural, assim como os sítios arqueológicos”, com o objetivo de preservar, coibir danos, gerir e garantir o uso social desses bens, conforme o estabelecido no **art. 216** da Carta Magna:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (CF, 1988)

O mesmo autor esclarece que a legislação sobre patrimônio cultural e gerenciamento de acervos é muito esparsa. Como nos lembra Costa, a Lei Federal nº 3.924/61, em seus dois pilares, direciona a obrigatoriedade das ações de fiscalização, controle e proteção de sítios arqueológicos ao poder público e as funções de construção de conhecimento e pesquisa aos profissionais da arqueologia. Além deste mecanismo de proteção legal de esfera federal, a salvaguarda do patrimônio arqueológico conta com os seguintes instrumentos normativos:

i) **Portaria MinC/Iphan nº 007, de 1º de dezembro de 1988**, que norteia os pedidos de permissão das pesquisas arqueológicas e estabelece uma “declaração de endosso institucional” compulsória;

ii) **Resolução Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986**, que dispõe sobre as ameaças do impacto ambiental e vincula a proteção do patrimônio ao Estudo de Impacto Ambiental, obrigando a publicação de Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rima), nos quais se incluem “sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade” nos processos de licenciamento ambiental;

iii) **Portaria MinC/Iphan nº 230/2002**, substituída pela **Instrução Normativa MinC/Iphan nº 001, de 25 de março de 2015**, reguladoras dos procedimentos afetos ao licenciamento ambiental, prevendo ainda ações para a educação patrimonial;

iv) **Portaria MinC/Iphan nº 196, de 18 de maio de 2016**, que cria o cadastro nacional de instituições de guarda e pesquisa;

v) **Portaria MinC/Iphan nº 195**, reguladora dos procedimentos de movimentação de bens arqueológicos em território nacional;

vi) **Portaria MinC/Iphan nº 137, de 28 de abril de 2016**, que traz orientações de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio;

vii) **Portaria MinC/Iphan nº 199, de 18 de maio de 2016**, instituidora da coordenação técnica nacional de licenciamento no Iphan;

viii) **Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**, combinada com a **Lei Federal nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**, instituidoras do Estatuto dos Museus e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, respectivamente;

ix) **Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015**, que rege e trata das ações dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça e da Cultura, através da Fundação Cultural, em relação aos procedimentos administrativos de processos de licenciamento ambiental de competência federal; e

x) **Portaria Interministerial nº 69, de 23 de janeiro de 1989**, que “aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar”.

Ao final de seu artigo, Costa (2017) cita as leis nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984; nº 7.347, de 24 de julho de 1985; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e o Decreto Federal nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, que podem ser empregados em demandas associadas aos sítios e acervos arqueológicos; destaca, ainda, as cartas patrimoniais de âmbito internacional das quais o Brasil é signatário.

Voltando ao objeto deste trabalho, cumpre esclarecer, como anteriormente mencionado, que os bens aqui tratados não são provenientes de pesquisa arqueológica ou licenciamento ambiental; diferentemente, trata-se de achados fortuitos, aos quais a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, assim define:

Das Descobertas Fortuitas

Artigo 18 – A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

Parágrafo único – o proprietário ou ocupante de imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até o pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 19 – A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumaria do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.

Estamos falando de um cenário complexo, onde as pessoas que convivem com os bens arqueológicos que transbordam da terra de seu território de forma abundante e corriqueira, por muitas vezes não tem conhecimento que este objeto é protegido por lei e pertence a união. Ao mesmo tempo, não pretendemos menosprezar a importância de existência das leis para a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, muito menos incentivar práticas que incentivem ou provoquem a destruição do patrimônio. Atentando também ao fato de que os órgãos públicos não possuem escopo para fiscalizar todo achado arqueológico fortuito em subsolo brasileiro, o que adianta a aplicações de normativas firmes sobre a tutela dos bens arqueológicos se muitas das instituições não conseguem colocá-las em prática?

A intenção deste estudo é dar visibilidade ao que acontece, em específico, no território ouropretano. Visamos com isso à adoção futura de boas práticas referentes ao patrimônio arqueológico, que contemplem a legislação vigente e ao mesmo tempo não condenem os objetos ao seu apagamento pela não fruição dos múltiplos significados históricos e identitários. Tendo em vista todos os dados aqui apresentados, indagamos se é possível enxergar caminhos legítimos para alcançar a democratização dos processos de salvaguarda desses bens públicos (da União), através da divisão da responsabilidade sobre o patrimônio, de forma a equilibrar essa balança.

Ao propor um cotutela dos bens arqueológicos, entendemos que o endosso institucional se realizaria através dos caminhos legais existentes, o que condicionaria a salvaguarda ao MCT/EM. A instituição, por sua vez, pode diminuir o ônus dessa tutela ao dividir, com a comunidade, o interesse pela cultura material arqueológica. Já a população, interessada, pode assumir responsabilidades, por exemplo, na realização de comodatos entre suas representações e o museu que assume formalmente a guarda, junto ao Iphan. Como já constatamos nos capítulos anteriores, os exemplos das duas minas que recebem esse material para a sua salvaguarda nos comprovam que há não só o interesse na preservação de seu patrimônio, mas engajamento nesta ação.

Por fim, vislumbramos um projeto futuro de exposição itinerante que contemple esse acervo, o qual sugerimos nominar “Maletas em trânsito: os cachimbos comunitários de Ouro Preto” que após soluções encontradas por todos os envolvidos nos processos museológicos desde a identificação e documentação, mas soluções de conservação e idealização das malas que irão ao mesmo tempo salvaguardar e fruir pelos bairros Ouropretanos. Bem ainda temos muito trabalho pela frente para que possibilite um dia a construção de um projeto piloto e sua execução quando nossos cachimbos de barro poderão viajar para além dos muros institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho monográfico pretendeu apresentar, através de um estudo de caso, a existência de cachimbos arqueológicos em posse da população ouropretana, por meio de achados fortuitos, e ainda propor um caminho de institucionalização desses bens. Tal direcionamento segue as etapas de identificação do bem, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, conservação, interpretação, promoção e difusão, por procedimentos compartilhados a fim de garantir assim a participação das comunidades no processo de fortalecimento dos mecanismos de preservação de seu próprio patrimônio.

A partir de levantamentos bibliográficos sobre as pessoas que habitaram a antiga Vila Rica e a presença do fumo em seu cotidiano, realizou-se o cruzamento de dados com as informações levantadas sobre o mapeamento das aparições dos bens arqueológicos, sendo possível realizar um diagnóstico do grande potencial de musealização desses objetos de grande apelo representativo identitário. Por fim, teceu-se breve apresentação do cenário normativo vigente referente à proteção patrimonial correlacionada com o escopo desta pesquisa.

No intuito de compreender o alcance e as limitações dos caminhos de institucionalização de bens arqueológicos encontrados e mantidos pela população ouropretana, de forma a atender as normas de proteção do patrimônio arqueológico e ao mesmo tempo que contemplasse a perspectiva decolonial dos processos de curadoria compartilhada, definiu-se três objetivos específicos.

O primeiro consistiu em mapear a presença de cachimbos arqueológicos na posse dos ouropretanos e interpretá-los, depois passou-se a verificação das condições nas quais foram encontrados. Na última etapa, executado o cruzamento dos dados obtidos nas primeiras etapas verificou-se que através da escuta podemos fortalecer as narrativas silenciadas, para que seja viável, futuramente, pensar em alternativas para a institucionalização desses bens culturais, respeitando a noção de pertencimento às pessoas, que guardam esses artefatos até os dias de hoje.

Cumpramos ressaltar, que a análise das informações apuradas torna possível a reflexão sobre qual parcela da população fazia uso desses objetos. Conforme se verificou nas conversas realizadas observamos uma unanimidade de percepção sobre o uso dos cachimbos, as pessoas acreditam que eram, principalmente, utilizados por povos escravizados, ou seja, pela população negra. Ao longo do estudo notou-se que a bibliografia confere razão à percepção dos entrevistados, pois é fato a associação do fumo com o garimpo, assim como existem relatos históricos de que os ingleses utilizavam esses artefatos como moeda de troca dos povos escravizados.

Do mesmo modo, a partir dos dados demográficos apresentados, percebemos também que até os tempos atuais a população negra representa a maior parcela da população ouropretana. No entanto, a representatividade dessa parcela da população nos museus da região, em grande parte refere-se apenas à história da condição aos quais foram brutalmente impostos pelos tidos colonizadores: a escravidão, em detrimento dos valores identitários, que, infelizmente raramente são retratados e valorizados.

Outro fato importante que podemos extrair das análises é a presença em um dos relatos, da comercialização de forma ilegal dos bens arqueológicos, motivada pela falta de conhecimento legal da população, associada à sua condição socioeconômica. Por exemplo, durante uma das narrativas, um dos entrevistados afirma que os artefatos, após a comercialização, teriam sido levados para fora do país. Concluiu-se que tal prática se associa, ao que historicamente foi realizado pelos colonizadores, que coletavam objetos em suas colônias e levavam para seus países de origem, distanciando-os da população aos quais representa.

Importante ressaltar, que a despeito de não ter sido identificada essa situação em grande escala na nossa amostragem, esse é um problema existente que torna patente a necessidade das ações de curadoria decolonial, a fim de aumentar as oportunidades de acesso à população envolvida.

Portanto, compilando essas análises conseguimos enxergar o potencial que a curadoria compartilhada pode proporcionar para o museologia e a população. Embora tenhamos verificado que a proposta exige um esforço mais amplo do que esse trabalho se propõem, acreditamos que essa discussão será importante para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. Cidade morta, cidade monumento, cidade turística: a construção de memórias sobre Ouro Preto. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (orgs.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 177-195.
- ARCURI, Marcia M. Suñer; COSTA, Jemima Rodrigues. Repensando as velhas práticas: transversalidade e os papéis da arqueologia e museologia na preservação do patrimônio do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada – Ouro Preto, MG. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 124-145, 2020.
- ARCURI, Marcia M. Suñer. Por uma museologia reflexiva aplicada à gestão dos acervos arqueológicos: diretrizes do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. **Museologia e Patrimônio: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio | MAST**, v. 15, n. 2, p. 169-184, 2022.
- BEZERRA, Marcia de Almeida. Com os cacos no bolso: colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia Brasileira. **Revista do Patrimônio**, v. 38, p. 85-99, 2018.
- BEZERRA, Marcia de Almeida. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, n. 1[7], p. 107-122, 2013.
- BEZERRA, Marcia; NAJJAR, Rosana. ‘Semióforos da riqueza’: um ensaio sobre o tráfico de objetos arqueológicos. **Habitus**, v. 7, n. 1, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antecedentes. **Hawô**, v. 2, p. 1-10, 2021.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; et al. Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 19-42, 2020.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 18, n. 21, p. 75-90, 2014.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Valquíria Prates. **Periódico Permanente**, São Paulo, v. 4, n. 6, 2016.

COSTA, Carlos Alberto Santos. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. Anais... XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Florianópolis, 2007.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Gestão de acervos arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. **Bens Culturais Musealizados: Políticas Públicas, Preservação e Gestão**, 1(978-85-60672-03-5), p. 79-87, 2014.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, p. 215-253, 2017.

COSTA, Simona. Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII-XIX) Vila Rica, futura Ouro Preto, e a sua rua principal. Dissertação de Mestrado, 2017.

HARRISON, Rodney. Surface assemblages. Towards an archaeology in and of the present. **Archaeological Dialogues**, v. 18, n. 2, p. 141-196, 2011.

HISSA, Sarah de Barros Viana. Brancos, castanhos e vermelhos: cachimbos de cerâmica arqueológicos do Forte Orange. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 1, p. 3-28, 2019.

HISSA, Sarah de Barros Viana. **Fumo e arqueologia histórica: o tabaco e cachimbos importados no Brasil, séculos XVII ao XX**. Curitiba: Appris, 2020.

HISSA, Sarah de Barros Viana. Os cachimbos barrocos: materialidade arqueológica entre o sagrado, o artístico e a vida vivida. 2022.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 3, p. 233-290, 2017.

MATTOS, Yara. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária. **Atelier do Movimento Internacional da Nova Museologia/MINOM/ICOM**, v. 12, p. 1-5, 2007.

MATTOS, Yara; DE VARINE, Hugues. La contribution des écomusées à l'éducation à l'environnement: le cas de l'Ecomusée de la Serra de Ouro Preto (Brésil). **Éducation Relative à l'Environnement**, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2019.

MATTOS, Yára. Museus e o sentido universal do patrimônio. **Revista Museu**, v. 18, p. 1-3, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RÚSSIO, Waldisa. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-12, 1990.

SALADINO, Alejandra; CAMPOS, Luana. Sobre socialização e musealização na gestão dos bens arqueológicos. **Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 18, n. 2, p. 668-685, 2021.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1 / v. 27, n. 2, p. 16-39, 2014.

ANEXOS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ANEXO II - PORTARIA N°. 196, DE 18 DE MAIO DE 2016

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL

A Ficha deverá ser preenchida pelo detentor da portaria e deve compor o relatório final da pesquisa. O conjunto das fichas compõe o inventário de bens arqueológicos móveis conforme previsto no Inciso III do Art. 12 da 07/88 e na Instrução Normativa Iphan n.º 01/2015.

O inventário é a principal ferramenta de gestão e proteção dos bens, visto que possibilita a identificação e o acompanhamento do seu estado de conservação, via escrita e imagem. O instrumento para a efetivação desse controle é a aplicação da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, que deverá ser utilizada para registrar os bens que compõe a coleção de cada sítio.

O inventário entregue ao Iphan poderá ser organizado em tabelas ou fichas separadas, desde que respeite os campos estabelecidos a seguir.

É facultado ao pesquisador utilizar uma única ficha para cadastrar os bens acondicionados em conjunto (vide item 2.1 da Ficha). É necessário ressaltar que os bens acondicionados em conjunto deverão pertencer ao mesmo sítio, mesma tipologia material, dimensões semelhantes e em bom estado de conservação (ex.: conjunto de 70 fragmentos cerâmicos lisos; 50 lascas líticas; 45 fragmentos cerâmicos etc.).